

OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de serviços prestados, afretamento e locação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas oriundas de prestação de serviços de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à IFRS 15), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) as obrigações de desempenho são satisfeitas com base no estágio de conclusão do contrato.

Devido à relevância das receitas de serviços prestados para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Avaliamos o desenho dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas de serviços prestados, afretamento e locação e efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionadas, no qual concluímos sobre a ocorrência e acuracidade por intermédio de inspeção de contratos, faturas e documentos de medição da prestação de serviços emitidos pela Companhia e aprovados pelos clientes, e, quando aplicável, a liquidação financeira dos respectivos recebíveis relacionados a essas receitas reconhecidas no período corrente. Adicionalmente, realizamos testes substantivos de auditoria visando assegurar o adequado registro da receita de prestação de serviços, afretamento e locação no período correto pelo regime de competência (teste de “corte” da receita) analisando documentação suporte quanto à medição e ao período de execução dos serviços prestados.

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados, consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de serviços prestados, afretamento e locação aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021 - A OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Grupo”, “OceanPact” ou “Companhia”), uma empresa brasileira que desenvolve e implanta soluções seguras, eficientes e inovadoras nas áreas de meio ambiente, serviços submarinos e apoio logístico e engenharia, apresenta os resultados referentes ao quarto trimestre e ano de 2020 (4T20 e 12M20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS). As comparações referem-se aos mesmos períodos de 2019.

DESTAQUES DO ANO DE 2020

- **Receita líquida de R\$ 642,6 milhões**, crescimento de **45,0%**
- **EBITDA Ajustado de R\$ 160,5 milhões** aumento de **54,9%**
- Incremento na **Margem EBITDA Ajustada de 1,6 p.p.** (de 23,4% em 2019 para 25,0% em 2020)
- Aumento do **ROIC Ajustado** de 8,2% em 2019 para **13,9%** em 2020
- Adição de 5 embarcações à frota, totalizando **24 embarcações** em dez/2020
- **Acréscimo de R\$ 1,7 bilhão de backlog** que totalizou **R\$ 2,4 bilhões** (equivalente a 3,3x o faturamento de 2020)
- 2 primeiras emissões de **debêntures** da Companhia no valor de **R\$ 265 milhões**
- **IPO da Companhia em fevereiro de 2021** com oferta de **R\$ 1,07 bilhão** (sendo R\$ 800 milhões na oferta primária)
- **Forte Pipeline de oportunidades em andamento:** Bids Petrobras (RSVs) e IOCs, M&A UP Offshore e plano de crescimento em ROVs
- **Impacto nos resultados com atrasos nas entregas e adiamentos de contratos, bem como aumento de custos devido a pandemia Covid 19**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi com certeza um ano de desafios e transformações. Um verdadeiro teste prático na busca do equilíbrio entre atributos tão diferentes como determinação, precaução, velocidade e resiliência.

Começamos o ano com uma grande expectativa para o nosso crescimento na área de serviços submarinos, pois havíamos nos posicionado muito bem na licitação para as embarcações do tipo RSV (ROV Support Vessel, sendo que os ROVs são os *remotely operated vehicles*, ou robôs submarinos) no final de 2019. Assim, além dos dois navios adquiridos em 2019, **Abrolhos** e **Parcel das Paredes**, pudemos incluir mais três RSVs na nossa frota: **Parcel das Timbebas**, **Parcel do Bandolim** e **Parcel dos Meros**, ficando com um total de cinco RSVs.

As decisões que precisamos tomar ao longo do ano não foram fáceis. A chegada da pandemia da COVID ainda em março, causou um atraso na estruturação do financiamento dessas aquisições e customizações bem como para o alongamento da nossa dívida. Para proteger o caixa da empresa, tivemos que tomar a difícil decisão de renunciar às opções da contratação de uma sexta embarcação RSV, e da internalização da operação dos ROVs. Decidimos nos concentrar na estruturação criativa e segura da entrega dos cinco RSVs nos seus respectivos contratos. A negociação de alternativas de afretamento dos navios caso a compra se tornasse inviável, e a estruturação da emissão das debentures foram fundamentais para nosso sucesso.

Interessante notar que na hora das questões difíceis, sempre nos voltamos natural e espontaneamente aos nossos valores, e o primeiro deles é o que chamamos de:

“Dá pra fazer” - Se puder ser feito com segurança, nós faremos. Não temos medo das dificuldades e não medimos esforços para fazer o que for preciso. Estamos sempre disponíveis e preparados para agir rapidamente.

Mas, o segundo valor é:

“O jeito certo” - O que precisa ser feito, nós fazemos bem-feito, de forma sustentável e justa. Cumprimos o que prometemos e entregamos o combinado, respeitando as pessoas, as normas e o meio ambiente.

Foi assim que equilibramos a determinação e vontade de crescer, com o compromisso de fazer bem-feito, na velocidade possível e garantindo a entrega do combinado com clientes, parceiros, financiadores e acionistas. Sabíamos que teríamos outras oportunidades para operar nossos próprios ROVs, e para adicionar novos RSVs à nossa frota no futuro, e focamos na entrega do possível e seguro no momento, o que já seria uma realização muito importante, como foi.

Tomada a decisão de assinar os contratos com os clientes e com os vendedores e afretadores das embarcações, restava o desafio de conseguir mobilizar três navios estrangeiros e dois brasileiros em contratos novos enquanto operávamos nossa frota existente, e tudo isso no meio da pandemia.

Fomos os primeiros a adotar o procedimento de testagem para 100% dos tripulantes após 3 dias de isolamento em quartos individuais de hotéis e pousadas, mantendo esse isolamento até o recebimento dos resultados, e garantindo um mínimo de 7 dias de isolamento pré-embarque para todos os navios da frota. Fizemos mais de 4000 testes, acordamos a adoção do nosso protocolo por todos os parceiros e clientes que embarcam conosco e seguimos operando assim até hoje.

Enquanto nossos mais de 1400 marítimos e pessoal de campo estiveram na ponta garantindo a continuidade das operações, serviços e contratos, todos os escritórios entraram no regime de trabalho remoto em 16/3/20, e seguem assim até hoje. Para garantir a continuidade dos trabalhos e o suporte adequado às tripulações e equipes de apoio nas bases operacionais minimizando a exposição das pessoas e a circulação do vírus, contratamos médicos, enfermeiros, testes, laboratórios, apoio

emocional e suporte clínico para todos os funcionários, inclusive seus dependentes. Todos os casos suspeitos ou positivos para COVID são acompanhados de perto por nossa sala de crise (instalada em 11/3/20), e as internações monitoradas por equipe médica externa independente.

Além desse crescimento na área de serviços submarinos, as demais atividades da companhia também apresentaram resultados importantes.

Durante o ano, renovamos o contrato de serviços de monitoramento ambiental com a Petrobras vencendo uma nova licitação. Este contrato, que atende todas as bacias marítimas do país, estava em vigor desde 2015 e foi agora renovado por mais quatro anos trazendo um *backlog* de R\$ 234 milhões. Também assinamos seis novos contratos com os clientes Exxon, Karoon (dois contratos), AET, Petrório e Trident, dois deles para as embarcações do tipo OSRV (Oil Spill Recovery Vessel), Martin Vaz e Didi-K, no valor de R\$ 72 milhões, um para embarcação PSV (Platform Support Vessel) Ilha de São Sebastião, no valor de R\$ 76 milhões, e três contratos de serviços de Oil Spill com *backlog* de R\$ 82 milhões.

Nossa área de consultoria e gerenciamento de emergências ambientais teve igualmente um ano movimentado e desafiador. Enquanto entregávamos todos os estudos ambientais para o licenciamento de todos os blocos adquiridos pela Exxon, atuamos em três emergências importantes durante a pandemia. Um incêndio florestal, um encalhe de navio, e a continuidade de ações referentes ao rompimento de uma barragem. Tivemos sucesso em todas essas atividades, consolidando nossa posição de liderança tanto no licenciamento ambiental offshore, como em emergências ambientais de todo o tipo.

Com tudo isso, alcançamos em 2020 o melhor resultado operacional da nossa história. A receita líquida totalizou R\$ 642,6 milhões em 2020, 45,0% acima dos R\$ 443,2 milhões em 2019. O EBITDA Ajustado foi 54,9% maior no mesmo período, R\$ 160,5 milhões com margem de 25,0% (+1,6 p.p.).

Também trabalhamos para a melhora da estrutura de capital da Companhia. Encerramos o período com uma posição de caixa robusta de R\$ 197,3 milhões, proveniente das duas emissões de debêntures realizadas em setembro de 2020, com captação de R\$ 265,0 milhões (prazo de cinco anos com um ano de carência e taxa de CDI + 5,5%). Cerca de R\$ 108,5 milhões destes recursos foram utilizados para alongar a dívida existente e R\$ 156,5 milhões para fazer frente às necessidades de capex com compra e adequação das novas embarcações RSV.

Nada foi fácil e nem corriqueiro nesse ano de 2020. Além do aumento dos custos das operações com as quarentenas pré-embarque, exames, logística, EPIs, horas-extras, pessoal reserva, equipes médicas e de desinfecção, entre outros, tivemos que enfrentar diversos adiamentos de projetos, suspensão de contratos, e, principalmente, uma enorme dificuldade na logística internacional para recebimento de peças e técnicos estrangeiros nas obras de customização e manutenção das nossas embarcações existentes e dos contratos novos.

Atrasos justificados e compreendidos pelos clientes, trazem um aumento de custos imediato e passageiro, e uma postergação do fluxo do contrato como um todo. Tivemos alguns casos de atrasos e de adiamentos desse tipo.

Alguns desses adiamentos/interrupções trouxeram oportunidades para inovações importantes, como no caso do projeto de aquisição de dados de geofísica para a Equinor na bacia de Sergipe Alagoas. O projeto envolvia técnicos canadenses e noruegueses a bordo de nossa embarcação. Decretada a pandemia, todos precisaram voltar a seus países, e o projeto foi suspenso em março de 2020, com o barco ficando sem contrato. Com a demora da “normalização” e preocupados com a custosa ociosidade da embarcação e equipes técnicas, montamos um grupo de trabalho liderado por nossa área de inovação e pela OceanPact GEO, que em conjunto com os fornecedores canadenses e os clientes noruegueses definiram a instalação de um sistema de controle e acompanhamento remoto das operações, e conseguiram viabilizar, executar, validar e aprovar pela primeira vez a operação de

um AUV (*autonomous underwater vehicle*), lançado de um navio na bacia de Sergipe-Alagoas, operando a 2000m de profundidade, controlado por um técnico no Canadá, e acompanhado pelo fiscal na Noruega de outubro de 2020 a janeiro de 2021. Podemos dizer que nossa iniciativa e realização mudou a forma de operar e acompanhar serviços de geofísica em águas profundas.

Aproveitamos também os adiamentos de algumas licitações e contratos para acelerar as docagens regulares de manutenção de classe de nossos navios no primeiro trimestre de 2021, deixando a frota preparada para a retomada mais acelerada dos projetos que já ocorre a partir do final de março.

Fizemos em 2020 um grande esforço para estruturar a companhia para o crescimento. Melhorias nos sistemas, contratação de consultores, e um importante aumento de quadro nas áreas de serviços compartilhados e de apoio as operações. A contratação de pessoal no meio da pandemia - para trabalhar de casa -, naturalmente foi mais um desafio. Enquanto esperamos poder voltar o quanto antes com segurança à nossa sede na Glória, em ambiente confortável, acolhedor, bonito e integrador, temos hoje mais de 50 funcionários locais que nunca conviveram no escritório da companhia. Temos usado todas as ferramentas que a tecnologia nos proporciona, mas sabemos que elas não trazem o mesmo efeito de frequentar o mesmo prédio, refeitório, biblioteca, sem contar a camaradagem e integração com os colegas.

O investimento na estrutura para que pudéssemos capturar as oportunidades de crescimento que se colocavam a nossa frente, culminou com a decisão de preparar a companhia para o IPO.

Em 12 de fevereiro de 2021, as nossas ações passaram a ser negociadas no Novo Mercado da B3, segmento que reúne as empresas com as mais elevadas práticas de governança corporativa. Da oferta total de R\$1,07 bilhão, foram captados R\$ 800 milhões de primária no processo de abertura de capital, que serão utilizados na ampliação dos nossos negócios para atendermos a demanda crescente no setor de apoio marítimo no Brasil, por meio da aquisição de embarcações, equipamentos e da ampliação dos nossos serviços especializados.

O processo que nos conduziu ao IPO com inúmeras reuniões e conversas internas, com conselheiros, consultores, analistas, bancos e com potenciais investidores foi muito valioso e inspirador, nos ajudando a questionar e validar nossas estratégias de alocação de capital, de tomada de decisão e de visão de longo prazo.

A pandemia nos trouxe também uma demonstração prática da importância da análise criteriosa das oportunidades, nos apresentando cenários inusitados. Enquanto víamos o preço do barril de petróleo batendo momentaneamente valores negativos, tínhamos ao mesmo tempo nossos clientes pressionando pela assinatura de contratos para novas embarcações com especificações de alta complexidade, para apoio às demandas de campos de altíssima produtividade.

Nossa consolidação e reconhecimento como líderes em questões relacionadas ao meio ambiente marinho, e operações submarinas nos deixa muito contentes e otimistas com nosso mercado atual, e com o futuro, tendo em vista as metas ambiciosas em relação as emissões de gases de efeito estufa por parte de nossos clientes da indústria do petróleo, e a decisão da ONU em proclamar a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável de 2021 a 2030. Nós da OceanPact somos parte desse movimento com nossos cientistas, navios e equipamentos oceanográficos, e com nossos projetos inovadores que vem facilitar a aquisição, gerenciamento, análise e compartilhamento de dados oceanográficos.

Seguiremos trabalhando para a criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, contribuindo para que os nossos clientes possam fazer uso sustentável do mar, do litoral e dos recursos marinhos e que isso possibilite melhorar a vida das pessoas, já que cada vez mais se percebe o quanto as atividades humanas dependem do ambiente marinho, seja pela regulação do clima, produção de energia, fornecimento de proteína, sequestro de carbono, lazer ou pela simples inspiração por suas belezas. Agradecemos a confiança dos nossos acionistas e conselheiros, o empenho dos nossos mais de 1.700

colaboradores e a parceria dos nossos clientes e fornecedores que nos ajudaram a entregar um sólido resultado em 2020.

Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade

CEO

PRINCIPAIS INDICADORES

Destaques Financeiros / Operacionais (em R\$ milhões, exceto %)	4T20	4T19	% Var	2020	2019	% Var
Receita líquida	156,5	153,8	1,8%	642,6	443,2	45,0%
EBITDA Ajustado	23,1	34,0	-31,9%	160,5	103,6	54,9%
Margem EBITDA Ajustada	14,8%	22,1%	-7,3%	25,0%	23,4%	1,6 p.p.
Dívida Bruta	804,4	425,6	89,0%	804,4	425,6	89,0%
Caixa e títulos e valores mobiliários	197,3	51,1	286,1%	197,3	51,1	286,1%
Dívida Líquida	607,1	374,4	62,1%	607,1	374,4	62,1%
Dívida líquida /EBITDA Ajustado LTM	3,8	3,6	4,7%	3,8	3,6	4,7%
Dívida Líquida Bancária	475,8	343,8	38,4%	475,8	343,8	38,4%
Dívida líquida Bancária /EBITDA Ajustado LTM	3,0	3,3	-10,6%	3,0	3,3	-10,6%
Resultado líquido	(5,9)	15,0	NA	(22,8)	9,6	NA
Margem líquida	-3,8%	9,7%	-13,5 p.p.	-3,5%	2,2%	-5,7 p.p.
Patrimônio Líquido	158,1	150,4	5,1%	158,1	150,4	5,1%
Capex	59,4	41,1	44,5%	179,2	80,6	122,2%
Frota de embarcações	24	20	20,0%	24	20	20,0%
ROIC Ajustado	13,9%	8,2%	5,7 p.p.	13,9%	8,2%	5,7 p.p.
Colaboradores	1734	1739	-0,3%	1734	1739	-0,3%

Nota: Ajuste de EBITDA e ROIC no valor de R\$ 5,7 milhões no 4T20 e R\$ 9,3 milhões em 2020 referente a contabilização da despesa não caixa da outorga de ações para os executivos. Evento não recorrente pré-IPO

SEGMENTO DE EMBARCAÇÕES

Desempenho Operacional

Frota operacional: Em 2020, a frota média operacional foi de 14,8 embarcações equivalentes (“embarcação ou embarcações”), aumento de 3,7 embarcações com relação as 11,1 embarcações em 2019.



Taxa de ocupação: Redução de 11,0 p.p. (de 92,7% em 2019 para 81,7% em 2020) em função de: (i) atraso da entrada em operação do novo contrato da embarcação Martin Vaz, (ii) atraso da

customização do Parcel das Paredes, (iii) downtime de algumas embarcações em função da pandemia e 2,5 embarcações sem contrato em 2020 contra 1 embarcação em 2019.

Diária líquida média: No ano de 2020, a Companhia obteve crescimento de 38% da sua diária líquida média (passando de R\$ 63,8 mil para R\$ 88,1 mil), em função (i) da entrada em operação de embarcações “high spec” com diárias mais elevadas (RSV Parcel das Paredes, RSV Parcel das Timbebas e MPSV Austral Abrolhos), (ii) variação cambial de contratos antigos, e (iii) fim do contrato das embarcações Antonio David e Ilha da Trindade, com diárias mais baixas.

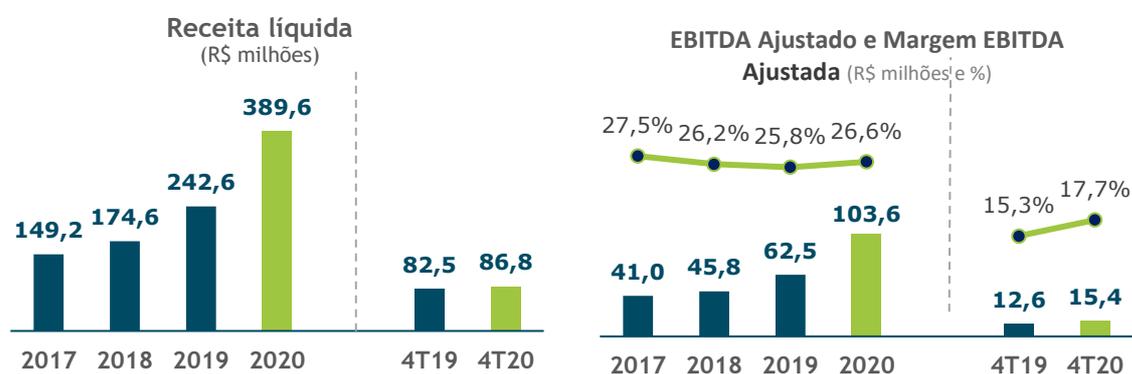


Nota 1: Dados operacionais acima não contemplam as 4 embarcações de pequeno porte que se encontram paradas (Célia, Clarisse, Norte II e Marimar, que representam 754 toneladas ou 2% da tonelagem da frota)

Nota 2: “Dias disponíveis” considera o potencial de dias trabalháveis com 100% de “taxa de ocupação”, “dias em operação” equivale a o número total de dias efetivamente trabalhados, “taxa de ocupação” = “dias em operação” / “dias disponíveis”, “diária média” = “Receita Líquida de embarcações” / “dias em operação”

Receita Líquida e EBITDA Ajustado do Segmento de Embarcações

O EBITDA Ajustado aumentou 65,8% em 2020 (saindo de R\$62,5 milhões em 2019 para R\$ 103,6 milhões, em 2020), em função do aumento da frota contratada (parcialmente compensado pela queda de 11,0 p.p. da taxa de ocupação no período), e do crescimento da diária média.



SEGMENTO DE SERVIÇOS

Receita Líquida e EBITDA Ajustado do Segmento de Serviços

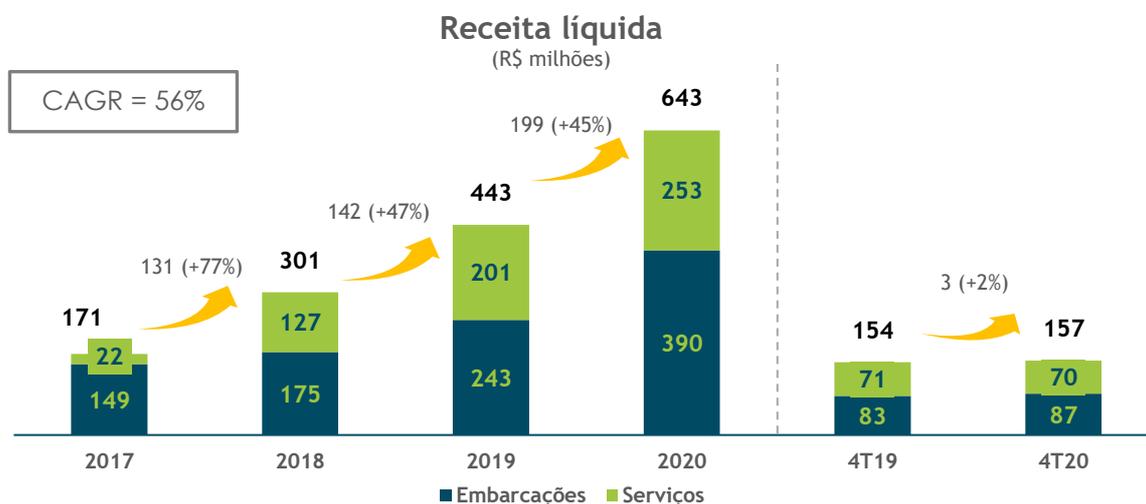
O EBITDA Ajustado foi 38% maior em 2020 (saindo de R\$ 41,1 milhões em 2019 para R\$ 56,8 milhões, em 2020) com aumento de 2,0 p.p. na Margem EBITDA Ajustada. Este crescimento se deveu principalmente a: (i) consolidação das aquisições (Geociências e OML) a partir de novembro de 2019; e (ii) venda de equipamentos de Oil Spill que afetou apenas o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustada. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo menor volume de contratos de engenharia.



RESULTADO CONSOLIDADO

Receita Líquida

A receita líquida no ano de 2020 cresceu 45,0% (adição de R\$ 199,4 milhões) em relação a 2019 (de R\$ 443,2 milhões para R\$ 642,6 milhões). O segmento de embarcações foi o responsável pela maior parte do crescimento da receita no ano de 2020 (adição de R\$ 147,0 milhões).



Análise da Receita Líquida por Área de Atuação

A Companhia atua em dois segmentos (Embarcações e Serviços) por meio de três áreas de atuação: Meio ambiente, subsea e logística e engenharia.



Meio Ambiente

Registrou crescimento de 31,0% em relação à 2019, motivado pela adição de uma embarcação afretada em mar/2020 (Didi-K) e pelo atendimento a emergências ambientais, além da variação cambial nos contratos existentes de embarcações



Subsea

Em linha com a estratégia de expansão da Companhia saiu de 10,5% de participação na receita em 2019 para 32,5% no ano de 2020. Esse crescimento é explicado pelo maior número de dias em operação com compra do Parcel das Timbebas



Logística e engenharia

Redução na receita do período, se comparado ao mesmo período de 2019 de 29,9%, devido ao fim do contrato da embarcação Ilha de Cabo Frio e a menor atividade de contratos de engenharia

Receita Líquida (em R\$ milhões)	4T20	4T19	% Variação 4T	2020	2019	% Variação Ano
Receita Líquida Total	156,5	153,8	1,8%	642,6	443,2	45,0%
Ambiental	72,9	82,6	-11,8%	334,0	255,0	31,0%
Embarcações Ambiental	37,6	32,4	15,8%	177,6	131,0	35,5%
Serviços Ambiental	35,3	50,1	-29,6%	156,5	123,9	26,3%
Subsea	53,8	36,3	48,2%	209,1	46,4	350,4%
Embarcações Subsea	38,9	32,8	18,5%	158,0	42,9	267,9%
Serviços Subsea	14,9	3,4	0,0%	51,1	3,5	1369,1%
Logística e Engenharia	29,9	34,9	-14,3%	99,5	141,8	-29,9%
Embarcações Logística e Engenharia	10,3	17,2	-40,0%	54,0	68,6	-21,2%
Serviços Logística e Engenharia	19,6	17,7	10,7%	45,5	73,2	-37,9%

Custo do Serviço Prestado

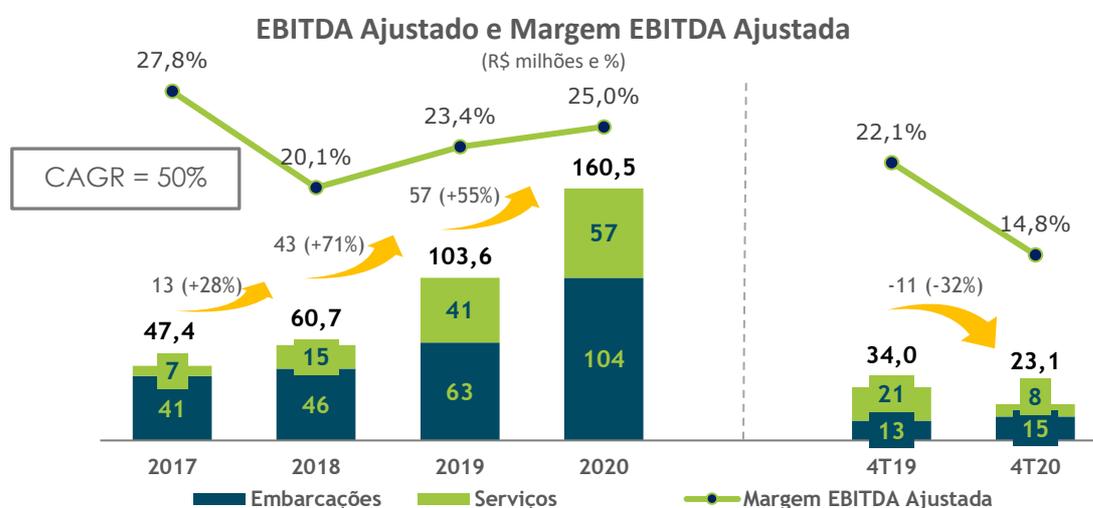
Em 2020, os custos atingiram R\$ 517,4 milhões ante R\$ 363,4 milhões em 2019, crescimento de 42,4%. O crescimento é devido principalmente (i) ao aumento do custo com pessoal de tripulação, insumos e manutenção, afretamento e depreciação das embarcações adicionadas no ano, (ii) ao custo com aluguel e serviços de parceiros de ROV, (iii) consolidação integral das investidas OceanPact Geociências Ltda. e OceanPact Maritime Limited, após aquisição de controle em 4 de novembro de 2019, e (iv) custos extras com covid-19 (hora extra com pessoal, exames e logística de quarentena para tripulantes).

Despesa Operacional

Em 2020 as despesas operacionais foram de R\$ 77,8 milhões, aumento de 55,3% em relação aos R\$ 50,1 milhões de 2019, representando um percentual sobre a receita líquida de 12,1% em 2020 ante 11,3% em 2019. Se excluirmos a despesa não recorrente objeto do ajuste do EBITDA (despesa não caixa) da outorga de ações de R\$ 9,3 milhões para os executivos, a despesa operacional de 2020 seria R\$ 68,5 milhões e o percentual da receita líquida seria de 10,7%.

EBITDA Ajustado e margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado no ano de 2020 cresceu 54,9% (adição de R\$ 56,9 milhões) em relação a 2019 (de R\$ 103,6 milhões para R\$ 160,5 milhões). O segmento de embarcações foi o responsável pelo crescimento (adição de R\$ 41,1 milhões) em relação ao ano anterior.



Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 2020 foi negativo em R\$ 103,3 milhões, aumento de R\$ 75,4 milhões em relação aos R\$ 27,9 milhões em 2019. Tal variação é explicada principalmente pelo impacto negativo de R\$ 62,5 milhões de variação cambial (dólar variou de 4,109 para 5,142 em 2020) sobre a dívida do BNDES em dólar. Adicionalmente, podemos destacar o aumento do endividamento financeiro, principalmente com a emissão de R\$ 265 milhões em debêntures, aumento dos arrendamentos de embarcações e as multas relacionadas aos parcelamentos de impostos.

Resultado líquido

Impactado pelo efeito não caixa da variação cambial relacionado a dívida em dólar com o BNDES nas despesas financeiras em 2020, a Companhia registrou resultado líquido negativo de R\$ 22,8 milhões comparáveis com o lucro líquido de R\$ 9,6 milhões em 2019.

ENDIVIDAMENTO

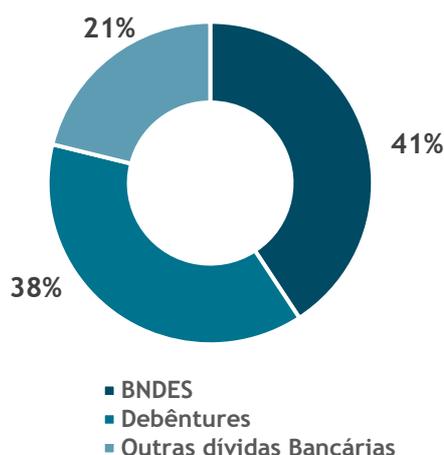
A OceanPact encerrou o ano de 2020 com dívida bruta de R\$ 804,4 milhões, aumento de R\$ 378,8 milhões em relação ao final de 2019, devido a (i) emissão de R\$ 265,0 milhões em debêntures, (ii) R\$ 104,7 milhões em novas captações, (iii) R\$ 84,5 milhões de variação cambial sobre a dívida em dólar, (iv) R\$ 85,6 milhões em novos arrendamentos das embarcações Parcel do Bandolim, Havila Harmony (Parcel dos Meros) e UP Água Marinha e (v) R\$ 18,7 milhões referente ao *standstill* do financiamento com o BNDES. Além de garantir o caixa para os investimentos futuros, as debêntures alongaram a dívida da Companhia, agora com 84% no longo prazo.

A posição final de caixa do ano de 2020 foi de R\$ 197,3 milhões, aumento de R\$ 146,2 milhões relação ao final de 2019.

A dívida líquida (incluindo arrendamentos) em dez/2020 atingiu R\$ 607,1 milhões, aumento de R\$ 232,7 milhões em relação ao ano anterior. O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA Ajustado) do final do período foi de 3,8x, um aumento de 0,2x em relação ao índice do final de 2019. Excluindo o efeito do arrendamento, o índice de alavancagem considerando apenas as dívidas bancárias (dívida líquida bancária/EBITDA ajustado) do final do período foi de 3,0x, uma redução de 0,3x em relação ao índice final de 2019.

Endividamento (em R\$ milhões, exceto %)	2020	2019	2018	2017
Dívida Bruta	804,4	425,6	271,3	206,7
Curto Prazo	130,2	92,8	38,9	17,9
Longo Prazo	674,2	332,7	232,4	188,8
% Curto Prazo	16%	22%	14%	9%
% Longo Prazo	84%	78%	86%	91%
Caixa e equivalentes (*)	(197,3)	(51,1)	(22,4)	(36,8)
Dívida Líquida	607,1	374,4	248,9	169,9
Arrendamentos de Curto e Longo prazo	131,3	30,6	9,0	1,8
Dívida Líquida Bancária	475,8	343,8	239,9	168,1
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	160,5	103,6	60,7	47,4
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	3,78	3,61	4,10	3,58
Dívida Líquida Bancária/EBITDA Ajustado	2,97	3,32	3,96	3,54

Análise da Dívida Bancária Bruta



Dívida Bruta Bancária Total: R\$ 673,1 milhões

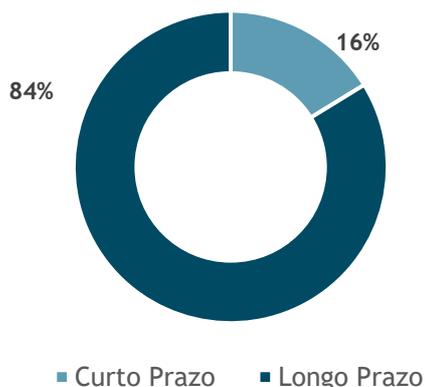
BNDES: R\$ 274,4 milhões com vencimentos até 2031, custo de USD +3,5%

Debêntures: R\$ 256,5 milhões com 1 ano de carência e vencimentos até 2025, custo de CDI + 5,5%

Outras dívidas Bancárias: R\$ 142,3 milhões com vencimentos até 2023, custo médio de CDI + 4,5%

A OceanPact possui R\$ 274,4 milhões (41%) de seu endividamento bancário em dólar com o BNDES/FMM com vencimento de longo prazo até 2031. Apesar da variação contábil do estoque da dívida associada a variação cambial, a Companhia busca se manter neutra no seu fluxo de caixa ao equilibrar receitas e desembolsos em dólar (receita vs opex, capex e serviço da dívida).

Enquanto o custo médio das dívidas em dólar é de USD+3,5% a.a., os empréstimos em reais, em sua maioria, têm um custo entre CDI+4 a 6% a.a..



INVESTIMENTOS

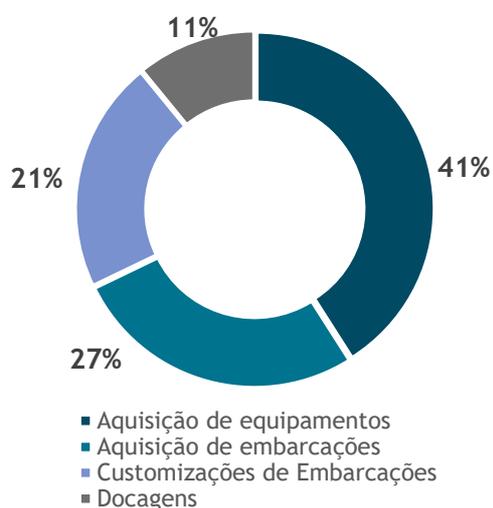
No ano de 2020, a Companhia investiu R\$ 179,2 milhões, aumento de 122% em relação ao valor no ano anterior.

Aquisição de Equipamentos: R\$ 73,5 milhões (41%), incluindo aquisição de equipamentos de Oil Spill Offshore (Current Buster), equipamentos de levantamento de dados oceanográficos e investimentos em inovação.

Aquisição de Embarcações: R\$ 48,1 milhões (27%) referente à compra do Sealion Amazônia (atual Parcel das Timbebas) e à aquisição das embarcações Seabulk Angra e Seabulk Brasil (atuais Ilha de São Sebastião e Ilha de Cabo Frio).

Customizações de Embarcações: R\$ 38,2 milhões (21%) referente ao gasto para preparar as embarcações Parcel das Paredes, Havila Harmony (Parcel dos Meros) e Parcel do Bandolim para contratos com a Petrobras. A primeira e a segunda embarcação iniciaram a operação respectivamente em novembro de 2020 e março de 2021. A terceira embarcação possui expectativa de iniciar a operação no início do segundo trimestre de 2021.

Docagens: R\$ 19,5 milhões (11%) referentes às embarcações Parcel das Timbebas, Martin Vaz, Ilha de Cabo Frio, Ilha de São Sebastião, Austral Abrolhos e Jim Obrien.



ANEXO I - Reconciliação do EBITDA

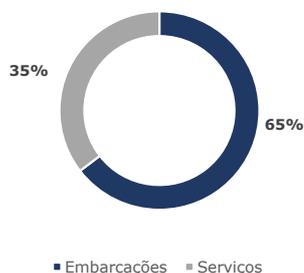
Reconciliação Lucro Líquido x EBITDA (em R\$ milhões, exceto %)	4T20	4T19	Consolidado			
	2020	2019	2018	2017		
EBITDA Ajustado	23,1	34,0	160,5	103,6	60,7	47,4
Ajuste de EBITDA (Outorga de Ações)	(5,5)	0	(9,3)	0	0	0
EBITDA	17,7	34,0	151,1	103,6	60,7	47,4
Depreciação e Amortização	(26,9)	(17,5)	(80,1)	(62,9)	(39,8)	(26,7)
Varição Cambial	22,6	3,7	(62,5)	(9,4)	(32,8)	(3,2)
Resultado financeiro	(17,3)	(6,3)	(40,8)	(18,6)	(8,9)	(6,1)
Tributos sobre o lucro	(2,0)	1,0	9,5	(3,1)	6,8	(4,0)
Resultado Líquido	(5,9)	15,0	(22,8)	9,6	(14,0)	7,3

ANEXO II - Abertura dos Resultados por Segmento

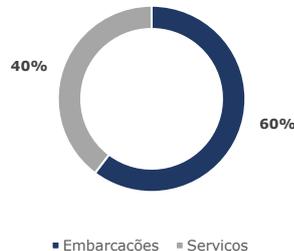
Resultado por Segmento (em R\$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Consolidado		
	2020	2019	% Var	2020	2019	% Var	2020	2019	% Var
Receita líquida	389,6	242,6	60,6%	253,0	200,6	26%	642,6	443,2	45,0%
Custo dos serviços	(297,4)	(197,4)	50,6%	(220,0)	(166,0)	33%	(517,4)	(363,4)	42,4%
Lucro Bruto	92,2	45,2	104,2%	33,0	34,7	-5%	125,2	79,8	56,8%
Margem Bruta	23,7%	18,6%		13,0%	17,3%		19,5%	18,0%	
Despesas gerais e administrativas	(47,8)	(27,7)	72,6%	(30,0)	(22,4)	34%	(77,8)	(50,1)	55,5%
Outras receitas e despesas operacionais	4,8	0,7	560,0%	14,9	5,5	171%	19,7	6,2	217,3%
Equivalência patrimonial	0	0	0,0%	4,0	4,7	-15%	4,0	4,7	-15,0%
EBIT	49,3	18,2	170,5%	21,8	22,5	-3%	71,1	40,7	74,7%
Depreciação	48,7	44,3	10,1%	31,3	18,6	68%	80,1	62,9	27,2%
EBITDA	98,0	62,5	56,8%	53,1	41,1	29%	151,1	103,6	45,9%
Margem EBITDA	25,2%	25,8%		21,0%	20,5%		23,5%	23,4%	
EBITDA Ajustado	103,6	62,5	65,8%	56,8	41,1	38%	160,5	103,6	54,9%
Margem EBITDA Ajustada	26,6%	25,8%		22,5%	20,5%		25,0%	23,4%	

Resultado por Segmento (em R\$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Consolidado		
	4T20	4T19	% Var	4T20	4T19	% Var	4T20	4T19	% Var
Receita líquida	86,8	82,5	5,2%	69,7	71,2	-2%	156,5	153,8	1,8%
Custo dos serviços	(78,4)	(69,0)	13,6%	(72,6)	(58,9)	23%	(151,0)	(127,9)	18,1%
Lucro Bruto	8,4	13,5	-37,4%	(2,9)	12,4	-123%	5,6	25,9	-78,5%
Margem Bruta	9,7%	16,4%		-4,1%	17,4%		3,6%	16,8%	
Despesas gerais e administrativas	(18,1)	(11,9)	52,3%	(8,8)	(8,6)	2%	(26,9)	(20,5)	31,1%
Outras receitas e despesas operacionais	4,2	1,3	222,6%	5,7	6,4	-12%	9,8	7,7	27,7%
Equivalência patrimonial	0	0	0,0%	2,2	3,4	-35%	2,2	3,4	-35,1%
EBIT	(5,5)	2,9	n.a.	(3,7)	13,6	-127%	(9,2)	16,5	n.a.
Depreciação	17,9	9,7	83,8%	9,0	7,8	16%	26,9	17,5	53,9%
EBITDA	12,3	12,6	-2,1%	5,3	21,4	-75%	17,7	34,0	-48,1%
Margem EBITDA	14,2%	15,3%		7,6%	30,0%		11,3%	22,1%	
EBITDA Ajustado	15,4	12,6	22,1%	7,8	21,4	-64%	23,1	34,0	-31,9%
Margem EBITDA Ajustado	17,7%	15,3%		11,1%	30,0%		14,8%	22,1%	

EBITDA Ajustado 2020 por Segmento



EBITDA Ajustado 2019 por Segmento



OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	91.533	12.144	166.539	44.008
Clientes	7	68.435	69.641	108.872	114.776
Estoques	8	4.500	-	5.308	730
Dividendos a receber	15	2.050	2.801	1.226	746
Tributos a recuperar	9	6.039	6.841	20.329	13.643
Outros valores a receber	12	19.996	11.876	30.445	17.284
Total do ativo circulante		192.553	103.303	332.719	191.187
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	22.274	1.027	30.771	7.100
Tributos a recuperar	9	335	335	335	1.553
Depósitos judiciais	10	365	2.571	1.122	3.249
Tributos diferidos	11	20.403	11.015	65.335	33.288
Outros valores a receber	12	2.237	716	6.733	3.889
Empréstimos a partes relacionadas	25	35.314	1.390	-	1.470
Empréstimos a terceiros	13	-	5.920	-	5.920
Investimentos	14	250.088	187.135	5.252	3.706
Direito de uso	16	63.016	24.116	124.147	27.884
Imobilizado	17	182.474	102.157	546.444	409.124
Intangível	18	1.099	931	10.673	6.647
Total do ativo não circulante		577.605	337.313	790.812	503.830
TOTAL DO ATIVO		770.158	440.616	1.123.531	695.017

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Obrigações com pessoal		30.038	18.239	43.528	31.682
Fornecedores	19	32.644	29.929	51.816	49.962
Empréstimos e financiamentos	21.1	30.100	45.928	67.257	86.050
Debêntures a pagar	21.2	28.671	-	28.671	-
Passivo de arrendamento	22	18.424	7.411	34.288	6.771
Tributos a recolher		11.464	6.879	18.198	10.705
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26.d	-	13.519	-	13.525
Outras obrigações	24	2.342	8.886	14.638	7.289
Total do passivo circulante		153.683	130.791	258.396	205.984
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	21.1	77.744	81.301	349.376	308.904
Debêntures a pagar	21.2	227.785	-	227.785	-
Passivo de arrendamento	22	53.940	22.011	97.020	23.829
Empréstimos de partes relacionadas	25	72.443	50.743	-	38
Tributos a recolher		24.188	2.227	29.868	2.227
Tributos diferidos	11	-	-	712	492
Provisão para perda em investimentos	14	605	-	-	-
Outras obrigações	24	1.624	1.798	1.822	1.419
Provisão para riscos	20	25	1.356	431	1.735
Total do passivo não circulante		458.354	159.436	707.014	338.644
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26.a	42.999	34.567	42.999	34.567
Ações em tesouraria	26.a	(2.864)	-	(2.864)	-
Reservas de capital	26.b	83.589	83.589	83.589	83.589
Reservas de lucros	26.c	-	21.102	-	21.102
Prejuízos acumulados		(2.458)	-	(2.458)	-
Outros resultados abrangentes	26.f	36.855	11.131	36.855	11.131
Total do patrimônio líquido		158.121	150.389	158.121	150.389
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		770.158	440.616	1.123.531	695.017

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	27	399.362	246.932	642.582	443.215
Custo dos serviços	29	(302.968)	(198.973)	(517.428)	(363.399)
Lucro bruto		96.394	47.959	125.154	79.816
Despesas gerais e administrativas	29	(49.057)	(27.208)	(77.817)	(50.053)
Equivalência patrimonial	14	(39.040)	(1.403)	3.982	4.685
Outras receitas e despesas operacionais	30	5.312	2.626	19.745	6.222
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		13.609	21.974	71.064	40.670
Receitas financeiras	31	1.338	2.116	3.982	1.873
Despesas financeiras	31	(28.376)	(11.305)	(107.326)	(29.809)
Resultado financeiro		(27.038)	(9.189)	(103.344)	(27.936)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(13.429)	12.785	(32.280)	12.734
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(18.621)	(5.150)	(23.210)	(9.380)
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	9.240	1.981	32.680	6.262
		(9.381)	(3.169)	9.470	(3.118)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(22.810)	9.616	(22.810)	9.616
Resultado básico por ação (R\$)	26.e	(0,18)	0,08	(0,18)	0,08
Resultado diluído por ação (R\$)	26.e	(0,18)	0,08	(0,18)	0,08

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(22.810)	9.616	(22.810)	9.616
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	26.f	25.724	1.749	25.724	1.749
Resultado abrangente do exercício		<u>2.914</u>	<u>11.365</u>	<u>2.914</u>	<u>11.365</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital de ágio	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Legal	Investimento			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		34.567	-	83.589	980	19.074	-	9.382	147.592
Lucro líquido do exercício	26.c	-	-	-	-	-	9.616	-	9.616
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	26.f	-	-	-	-	-	-	1.749	1.749
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	9.616	1.749	11.365
Destinação do lucro do exercício para:									
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(8.568)	-	(8.568)
Constituição de reserva para investimento	26.c	-	-	-	-	1.048	(1.048)	-	-
		-	-	-	-	1.048	(9.616)	-	(8.568)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>34.567</u>	<u>-</u>	<u>83.589</u>	<u>980</u>	<u>20.122</u>	<u>-</u>	<u>11.131</u>	<u>150.389</u>
Incorporação reversa da Tinhare Participações S.A.	26.a	8.432	(8.432)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	26.a	-	5.568	-	-	-	-	-	5.568
Cisão da Santa Lúcia	14.1.a	-	-	-	-	(750)	-	-	(750)
		<u>8.432</u>	<u>(2.864)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(750)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.818</u>
Prejuízo do exercício	26.c	-	-	-	-	-	(22.810)	-	(22.810)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	26.f	-	-	-	-	-	-	25.724	25.724
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	(22.810)	25.724	2.914
Absorção de prejuízos do exercício	26.c	-	-	-	(980)	(19.372)	20.352	-	-
		-	-	-	(980)	(19.372)	20.352	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>42.999</u>	<u>(2.864)</u>	<u>83.589</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.458)</u>	<u>36.855</u>	<u>158.121</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(22.810)	9.616	(22.810)	9.616
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	29	35.452	36.371	80.072	62.941
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	32	9.381	3.169	(9.470)	3.118
Resultado da equivalência patrimonial	14	39.040	1.403	(3.982)	(4.685)
Despesas e receitas com juros e variações cambiais, líquidas	31	20.634	9.067	94.800	28.050
Provisão para riscos - constituição	20	30	1.344	221	1.551
Provisão para riscos - reversão	20	(1.361)	-	(1.525)	(68)
Ganho na venda de imobilizado	30	-	(384)	(11.883)	(4.174)
Ganho na remensuração de investimento detido anteriormente e na compra vantajosa	14	-	(2.142)	-	(2.267)
Despesa com concessão de ações a executivos	26.a	5.568	-	5.568	-
Outros ajustes ao lucro		583	291	805	(6.741)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Clientes	7	1.206	(37.596)	7.783	(23.703)
Estoque	8	(4.500)	-	(4.578)	(568)
Tributos a recuperar	9	802	(4.903)	(4.651)	(4.337)
Depósitos judiciais	10	(781)	(281)	(860)	(342)
Outros valores a receber	12	(9.641)	1.306	(15.149)	(2.996)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Obrigações com pessoal		11.799	8.295	11.846	10.808
Fornecedores	19	1.279	16.597	(2.281)	5.939
Tributos a recolher		10.790	(1.113)	18.755	(8.363)
Outras obrigações	24	(20.299)	4.967	(8.815)	773
Caixa gerado pelas operações		77.172	46.007	133.846	64.552
Juros pagos - empréstimos e financiamentos e debêntures	21	(14.367)	(5.668)	(24.071)	(13.151)
Juros pagos - arrendamentos	22	(3.080)	(3.744)	(5.438)	(3.772)
IRPJ e CSLL pagos		(26)	(271)	(3.875)	(1.933)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		59.699	36.324	100.462	45.696
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aporte de capital investidas	14	(71.453)	(5.298)	-	-
Empréstimos concedidos às partes relacionadas	25	(35.319)	(21.476)	-	(131)
Empréstimos liquidados pelas partes relacionadas	25	649	-	-	-
Resgate em títulos e valores mobiliários	6	(21.247)	(1.027)	(23.671)	(1.495)
Recebimento de dividendos	15	2.552	1.402	2.988	549
Aquisição de imobilizado	17	(101.058)	(63.080)	(183.406)	(80.049)
Aquisição de intangível	18	(806)	(108)	(2.243)	(595)
Aquisição de investimentos, líquido do caixa recebida	14	-	(16.173)	723	6.974
Caixa recebido na venda de imobilizado	30	-	119	26.771	4.907
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(226.682)	(105.641)	(178.838)	(69.840)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	21	374.863	111.276	411.444	119.678
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	21	(140.254)	(20.489)	(198.151)	(47.592)
Pagamentos de arrendamentos	22	(9.937)	(13.209)	(12.348)	(16.138)
Captação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	25	22.000	-	-	-
Pagamentos de empréstimos a partes relacionadas	25	(300)	(2.340)	(38)	(2.796)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		-	(1.900)	-	(1.900)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		246.372	73.338	200.907	51.252
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		79.389	4.021	122.531	27.108
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial		12.144	8.123	44.008	16.822
Efeito das mudanças de câmbio sobre investidas no exterior		-	-	-	78
Saldo final		91.533	12.144	166.539	44.008
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		79.389	4.021	122.531	27.108

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITAS		453.662	279.688	743.943	501.376
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	27	449.150	276.472	724.515	494.156
Outras receitas		4.729	3.368	20.198	7.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	7	(217)	(152)	(770)	159
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(146.454)	(89.122)	(241.688)	(153.964)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	29	(46.200)	(34.270)	(83.894)	(46.420)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29	(100.254)	(54.852)	(157.794)	(107.544)
VALOR ADICIONADO BRUTO		307.208	190.566	502.255	347.412
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	29	(35.452)	(36.371)	(80.072)	(62.941)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		271.756	154.195	422.183	284.471
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		(28.685)	713	60.753	6.558
Resultado de equivalência patrimonial		(39.041)	(1.403)	3.983	4.685
Receitas financeiras	31	10.356	2.116	56.770	1.873
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		243.071	154.908	482.936	291.029
Pessoal	29	135.231	88.471	234.333	179.878
– Remuneração direta		111.389	70.269	190.156	139.120
– Benefícios		17.584	13.653	32.279	30.312
– F.G.T.S		6.258	4.549	11.898	10.446
Impostos, taxas e contribuições		57.992	32.748	70.077	54.150
– Federais		49.667	28.689	54.616	45.231
– Municipais		8.325	4.059	15.461	8.919
Remuneração de capitais de terceiros		72.658	24.073	201.336	47.385
– Juros		20.679	10.807	34.094	28.909
– Aluguéis	29	35.846	12.065	40.768	16.828
– Variação Cambial	31	9.338	-	115.286	-
– Outras		6.795	1.201	11.188	1.648
Remuneração de Capitais Próprios		(22.810)	9.616	(22.810)	9.616
– Juros sobre o Capital Próprio		-	8.568	-	8.568
– Lucros retidos / Prejuízo do período		(22.810)	1.048	(22.810)	1.048
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		243.071	154.908	482.936	291.029

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUIAS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto que foi constituída em 21 de setembro de 2007, tem sede na Rua da Glória, 122, 10º e 11º andares - Glória - Rio de Janeiro/RJ, e possui cinco filiais. As empresas controladas e controladas em conjunto (aqui definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsas de valores.

A oferta pública realizada no período subsequente, em 12 de fevereiro de 2021 contou com distribuição primária e secundária de ações ordinárias, compreendendo a distribuição primária de 71.748.879 novas ações e distribuição secundária de 24.215.247 ações de titularidade dos acionistas vendedores, ao preço por ação de R\$11,15 (em Reais), perfazendo o montante total de R\$1.070.000. A nota explicativa nº 35 fornece maiores detalhes sobre a referida oferta pública.

A Companhia tem por objeto social o treinamento e consultoria em serviços marítimos, meio ambiente, energia e logística; serviços em campo na aquisição de dados, medições e monitoramento ambiental; criação e invenção de produtos e soluções nas áreas marítima e ambiental; especificação, execução e análise de levantamentos hidrográficos; aluguel de barcos, lanchas e outras embarcações, com ou sem tripulação; navegação e serviços de apoio marítimo e portuário; operação, manutenção e aluguel de equipamentos de combate a derramamento de óleo e emergências ambientais; proteção ambiental; afretamento de embarcações próprias ou de terceiros para operações de exploração de petróleo ou qualquer outra atividade marítima, com ou sem tripulação; e participação no capital de outras Companhias. Seus serviços são prestados essencialmente no Brasil, sendo que alguns serviços são prestados no exterior, como por exemplo aluguel de equipamentos, treinamentos e manutenção de equipamentos, afretamento de embarcações e apoio marítimo (vide nota explicativa nº 2.3).

A Companhia e algumas de suas investidas estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e cumpre com os requerimentos operacionais aplicáveis.

Alterações de participações societárias e novas investidas

Em 27 de março de 2019, a Companhia constituiu a joint venture OceanPact de México S.A. de C.V., com a empresa Offshore Vessels Holding S.A.P.I. de C.V., companhia anônima, com sede no México, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 27 de junho de 2019, a Companhia constituiu a Maraú Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia constituiu a Camamu Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 04 de novembro de 2019, a Companhia realizou a aquisição de 50% de participação, adquirindo o controle da investida Gardline Marine Sciences S.A. Foi alterada sua razão social para OceanPact Geociências Ltda. e transformada em sociedade limitada unipessoal.

Em 16 de março de 2020, a Companhia constituiu a Igrapiúna Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 16 de março de 2020, a Companhia constituiu a Cairú Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter 100% de participação na empresa OceanPact Logística Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal apoio e logística de cargas.

Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter de forma direta a participação de 50% na OML, anteriormente detida pela OceanPact International.

A OceanPact Tecnologia Ltda., a Camamu Navegação Ltda., a Caiurú Navegação Ltda, a Igrapiúna Navegação Ltda. e a OceanPact Logística Ltda. são controladas diretas da Companhia, não possuem ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e não possuem operações desde as suas constituições. Na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não existe nenhum plano de curto prazo para entrada em operação destas empresas nem plano de descontinuação dessas investidas, com exceção da Camamu Navegação Ltda. e OceanPact Logística Ltda., para as quais existe a expectativa de entrada em operação no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia adquiriu o controle da empresa Santa Lúcia Patrimonial Ltda., esta detentora de 100% de participação na empresa SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli, em 20 de agosto de 2020, quando passou a ser detentora de 96,78% de participação desta investida (vide notas explicativas nº 13 e 14.1).

Impacto COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma epidemia em escala global. A pandemia, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. O Grupo vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à COVID-19. A seguir apresentamos as principais ações tomadas pelo Grupo:

- Rápida ativação do Comitê de Crise COVID-19 com reuniões diárias.
- Estabelecimento de rigorosos protocolos para trabalho nas embarcações, bases portuárias, estaleiros, e escritórios, bem como para os pré-embarques, pós-embarque e deslocamentos.
- Compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados).
- Criação do “Projeto Granja Comary”, com seis pousadas dedicadas para realização de quarentena pré-embarque das tripulações, incluindo distribuição de kits de higiene, alimentação e limpeza, e acompanhamentos clínico e nutricional diários.
- Realização de mais de 4.000 testes para controle de COVID-19 (PCR, sorológico, rápidos e antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros.
- Aumento do período de embarque, aumentando a segurança da tripulação.

- Disponibilidade de Médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores.
- Monitoramento da saúde dos colaboradores com instalação de Sala de Situação COVID-19, 24 horas por dia, 7 dias na semana, e disponibilização de Painel de Controle para o Comitê de Crise e Diretorias.
- Intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas, vídeos e webinários.
- Implementação da Central de Saúde, para apoio clínico e emocional 24 horas por dia, 7 dias na semana, para colaboradores e dependentes.
- Implementação de Programa de Ação Unificada pela Saúde (P.A.U.S.A.), com profissionais de saúde, realizando aulas remotas de atividades físicas e de atenção plena, 3 vezes por dia.
- Realização de rodas de conversa para gestão de clima dos colaboradores.

O Grupo prontamente determinou regime remoto de trabalho para os colaboradores e foi pioneiro no estabelecimento de protocolos, o que acredita que tenha influenciado para o baixo índice de contaminação de seus colaboradores pela COVID-19.

Com base na eficácia das ações implementadas, a Administração da Companhia, exerceu seu melhor julgamento, e entende não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas ao COVID-19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação do COVID-19 não geraram incertezas relacionadas a continuidade operacional da Companhia, impairment de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques, intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como controladora, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 29 de março de 2021.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Continuidade das operações

A Companhia apurou prejuízo, para fins de controladora e consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$22.810 (lucro líquido de R\$9.616 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), impactado principalmente pelo aumento percebido na variação cambial registrada nas despesas financeiras, sendo tal variação uma despesa não caixa. A Companhia apresentou capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020 de R\$38.870 na controladora e R\$74.323 no consolidado (capital circulante líquido negativo de R\$27.488 e R\$14.797 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), sendo esta melhora devido, substancialmente, à emissão de debêntures realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (vide nota explicativa nº 21.2).

A Administração da Companhia, considerando o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade, a captação por meio de oferta pública realizada no primeiro trimestre de 2021 e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas demonstrações financeiras, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas.

Nesse sentido, a Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

2.3. Bases de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis das Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Quando a Companhia exerce controle conjunto de uma investida ou possui influência significativa em uma coligada, o investimento e os resultados dessas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na proporção das participações detidas nas referidas entidades controladas em conjunto e coligadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- i. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- ii. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas.
- iii. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- iv. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas nos períodos comparativos. A Companhia consolida suas demonstrações financeiras com as de suas controladas, considerando o mesmo período de divulgação.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia, datas de constituição ou aquisição e suas atividades-fim:

Investidas	Denominação	Local da constituição e sede	Data de constituição ou aquisição	Atividades-fim
1. EnvironPact Consultoria Em Engenharia e Meio Ambiente Ltda.	EnvironPact	Brasil	27/12/2008	Prestação de serviços de consultoria ambiental
2. Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda.	Servmar	Brasil	17/04/1986	Prestação de serviços de estudos de projetos sobre impacto ambiental e análise de risco, serviços de construção civil, projetos de engenharia e apoio marítimo
3. OceanPact Navegação Ltda.	OceanPact Navegação	Brasil	16/05/2012	Afretamento de embarcações
4. OceanPact Tecnologia Ltda.	OceanPact Tecnologia	Brasil	18/08/2014	Não operacional ⁽³⁾
5. Marau Navegação Ltda.	Marau	Brasil	27/06/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
6. Camamu Navegação Ltda.	Camamu	Brasil	13/09/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo ⁽³⁾
7. OceanPact Geociências Ltda. ⁽¹⁾	OceanPact Geociências	Brasil	16/07/2012	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
7.1. OceanPact Maritime LTD. ⁽²⁾	OML	Reino Unido	09/04/2014	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
8. OceanPact Netherlands B.V.	OceanPact Netherlands	Holanda	20/09/2008	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
9. OceanPact International Holding Cayman	OceanPact International	Ilhas Cayman	09/10/2013	Atua como Holding de investidas no exterior
9.1. Cod Hole LLP	Cod Hole	Reino Unido	24/01/2014	Afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos, participação em outras companhias
9.1.1. Maritim Miljø Beredskap AS	MMB	Noruega	29/12/1999	Aluguel de equipamentos, treinamentos e manutenção de equipamentos
10. OceanPact Uruguay Servicios Maritimos S.R.L.	OceanPact Uruguay	Uruguai	27/07/2016	Não operacional ⁽³⁾
11. O'Brien's do Brasil Consultoria em Emergências e Meio Ambiente S.A.	O'Brien's do Brasil	Brasil	27/10/2011	Prestação de serviços de consultoria e treinamento em planejamento e gerenciamento de emergência e assuntos relacionados à segurança e meio ambiente.
12. OceanPact de Mexico SA de CV	OceanPact Mexico	México	27/03/2019	Não operacional ⁽³⁾
13. Santa Lucia Patrimonial Ltda.	SLP	Brasil	20/08/2020	Holding
13.1. SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli	SLI	Brasil	20/08/2020	Prestação de serviços de consultoria ambiental, levantamentos hidrográficos, restauração ambiental, e outros serviços de cunho oceanográfico.
14. Cairú Navegação Ltda.	Cairú	Brasil	16/03/2020	Afretamento de embarcações e apoio marítimo ⁽³⁾
15. Igrapiúna Navegação Ltda.	Igrapiúna	Brasil	16/03/2020	Afretamento de embarcações e apoio marítimo ⁽³⁾
16. OceanPact Logística Ltda.	OceanPact Logística	Brasil	13/08/2020	Apoio e logística de carga ⁽³⁾

⁽¹⁾ Anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A.

⁽²⁾ Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited.

⁽³⁾ Não operacional na data dessas demonstrações financeiras.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas (diretas e indiretas) da Companhia que são consolidadas, e controladas em conjunto e coligadas (diretas e indiretas) da Companhia que não são consolidadas e percentuais de participação detidos pela Companhia nas datas-bases apresentadas:

Denominação	31/12/2020			31/12/2019		
	Tipo investimento	% Participação		Tipo investimento	% Participação	
		Direta	Indireta		Direta	Indireta
1. EnvironPact	controle direto	100%	-	controle direto	99,95%	-
2. Servmar	controle direto	99,9%	-	controle direto	100%	-
3. OceanPact Navegação	controle direto	99,9%	-	controle direto	100%	-
4. OceanPact Tecnologia	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
5. Maraú	controle direto	99,90%	0,10%	controle direto	99,90%	0,10%
6. Camamu	controle direto	99,90%	0,10%	controle direto	99,90%	0,10%
7. OceanPact Geociências	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
7.1. OML	controle indireto	50%	50%	controle indireto	-	100%
8. OceanPact Netherlands	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
9. OceanPact International	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
9.1. Cod Hole	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
9.1.1. MMB	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
10. OceanPact Uruguay	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
11. O'Brien's do Brasil	controle conjunto indireto	26%	24%	controle conjunto indireto	26%	24%
12. OceanPact Mexico	controle conjunto	50%	-	controle conjunto	50%	-
13. SLP	controle direto	100%	-	controle direto	96,78%	-
13.1. SLI	controle indireto	-	100%	controle indireto	-	96,78%
14. Cairú	controle direto	99,90%	0,10%	-	-	-
15. Igrapiúna	controle direto	99,90%	0,10%	-	-	-
16. OceanPact Logística	controle direto	100%	-	-	-	-

2.4. Moedas funcionais e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam suas próprias moedas funcionais, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21 – “The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates”. As variações resultantes da conversão citada são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada “ajuste acumulado de conversão”.

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Moedas funcionais das investidas da Companhia

Empresa	Moeda funcional
EnvironPact	Real
Servmar	Real
OceanPact Navegação	Real
OceanPact Tecnologia	Real
Maraú	Real
Camamu	Real
OceanPact Geociências	Real
OceanPact Netherlands	Dólar americano
OceanPact International	Dólar americano
Cod Hole	Dólar americano
MMB	Coroa norueguesa
OML	Dólar americano
OceanPact Uruguay	Dólar americano
O'Brien's do Brasil	Real
OceanPact Mexico	Peso mexicano
SLP	Real
SLI	Real
Cairú	Real
Igrapiúna	Real
OceanPact Logística	Real

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão apresentadas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da sua contratação.

b) Receitas de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada no momento em que presta o serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas fornecem serviços para terceiros, que são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida para esses serviços com base no estágio de conclusão do contrato, quando aplicável, sendo o estágio de conclusão determinado como a proporção do período total esperado para prestação do serviço decorrido no final do período de relatório é uma medida apropriada do progresso com relação ao total cumprimento dessas obrigações de desempenho.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia e suas controladas, de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Companhia e suas controladas esperam receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas estão demonstrados ao custo, deduzidos de depreciação pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica, e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "q" desta nota explicativa).

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados linearmente ao longo do período para o qual estes custos gerarão benefícios econômicos, de forma que estejam totalmente depreciados antes da data da realização da docagem seguinte.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item “p” desta nota explicativa).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia e suas controladas na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia e suas controladas com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia e suas controladas em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações e ativos classificados como mantidos para venda, todos reconhecidos e mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos específicos para estes temas.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia e suas controladas em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia e suas controladas na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”, são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

h) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item “Combinação de negócios”.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

A Companhia e suas controladas não reconheceram nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ágio reconhecido em seu ativo.

i) Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas reconhecem, ainda, provisões referentes a férias, 13º salário e encargos sociais incidentes sobre essas remunerações, de acordo com a quantidade de períodos trabalhados pelos funcionários, ou seja, de acordo com as obrigações devidas, mas não efetivadas, em cada exercício.

k) Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

l) Arrendamentos

Na data de início é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento, a Companhia mensura seu passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato.

Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado. Somente será revisada a taxa de desconto caso um novo contrato for realizado.

A Companhia e suas controladas amortizam o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas adotaram a norma IFRS 16, equivalente ao CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 e usaram o expediente prático que permitiu que a Companhia e suas controladas não aplicassem os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo uma despesa de arrendamento pelo método linear.

m) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de “hedge”.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

n) Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos, que são direta ou indiretamente atribuíveis à construção de ativo qualificável (ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido) como parte do custo do ativo, sendo as variações cambiais capitalizadas limitadas ao custo de captação no mercado interno vigente na data de obtenção dos empréstimos. Não houve juros capitalizados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas apresentam os dividendos recebidos como atividade de investimento.

p) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e suas controladas calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A Companhia e suas controladas consideram no mínimo cada segmento operacional como uma unidade geradora de caixa.

Nos exercícios apresentados não houve nenhuma constituição nem reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, nos exercícios apresentados.

s) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui impostos correntes e diferidos, apresentados de forma segregada nas demonstrações de resultado.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas

3.2.1. Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o último exercício, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício anterior.

3.2.2. Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia e suas controladas possuem expectativa de realização de tais saldos, seja por compensação com outros tributos, seja por pedido de restituição.

3.2.3. Provisões para riscos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para riscos, relacionados a causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar os valores justos apresentados dos instrumentos financeiros.

3.2.5. Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. A Companhia e suas controladas determinam o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. A Companhia e suas controladas monitoram os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos.

3.2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2.7. Cálculo da provisão para perdas

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

3.2.8. Mensurações do valor justo e processos de avaliação

Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício.

3.2.9. Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos

As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital do Grupo e o risco do ambiente econômico do país.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 e, portanto, estão sendo adotadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 3 (CPC 15)	Definição de Negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8 (CPC 26 e 23)	Definição de Material
Estrutura Conceitual (CPC 00)	Estrutura Conceitual nas Normas IFRSs
Alterações à IFRS 16 / CPC 06(R2)	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória, apresentadas a seguir.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º. de janeiro de 2021.
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 26/IAS 1)	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º. de janeiro de 2023.

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos	6.967	1.185	27.399	8.459
Aplicações financeiras (*)	84.566	10.959	139.140	35.549
Total	91.533	12.144	166.539	44.008

(*) Aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (compostas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós-fixados), com compromisso de recompra (instituição financeira tem o compromisso de recomprar a aplicação financeira da Companhia e controladas, caso a Companhia e controladas manifestem tal intenção). O rendimento médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 99,2% do CDI na controladora e 98,7% do CDI do consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 98% do CDI).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Não circulante	22.274	1.027	30.771	7.100
Total	22.274	1.027	30.771	7.100

Parte do saldo de títulos e valores mobiliários classificados no ativo não circulante na controladora representam aplicações financeiras mantidas com o Banco Bocom BBM, na modalidade de certificados de depósito bancário (CDB), com rendimentos atrelados ao CDI, no valor de R\$6.274 (R\$1.027 em 31 de dezembro de 2019), referente a contrato de garantia realizado, relacionado ao financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Além do saldo dado como garantia em conexão com o financiamento junto à FINEP, a controladora mantém, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$8.000 junto ao Banco Alfa e de R\$8.000 junto ao Banco Bocom BBM, dadas como garantia em conexão com a emissão de debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante no consolidado, além das aplicações financeiras mantidas pela controladora, é composto por saldo de aplicações financeiras mantidas pela controlada OceanPact Navegação no Banco Itaú, no valor de R\$8.497 (R\$6.073 em 31 de dezembro de 2019). O saldo mantido no Banco Itaú é referente à aplicação financeira onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, de acordo com o contrato firmado com o BNDES, referente ao financiamento das embarcações. Estas aplicações, que estão registradas no ativo não circulante do consolidado, representam operações compromissadas, com rendimentos atrelados ao CDI, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

O rendimento médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 das aplicações financeiras mantidas pela Companhia e classificadas como títulos e valores mobiliários, foi de 100,7% do CDI (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 98% do CDI).

7. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Clientes	62.566	68.771	111.072	116.159
Partes Relacionadas (*)	6.957	1.741	-	47
Provisão para perda	(1.088)	(871)	(2.200)	(1.430)
Total	68.435	69.641	108.872	114.776

(*) Os saldos a receber de partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 25.

A composição dos saldos de clientes vencidos e a vencer está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Saldos a vencer	50.372	66.771	95.426	113.345
Saldos vencidos	12.194	2.000	15.646	2.814
Total	62.566	68.771	111.072	116.159

Os saldos vencidos em 31 de dezembro de 2020 possuem a composição apresentada a seguir, por idade de vencimento:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/20</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>
Até 90 dias	9.098	11.233
De 91 a 360 dias	2.047	2.530
Mais de 360 dias	<u>1.049</u>	<u>1.883</u>
Total saldos vencidos	<u>12.194</u>	<u>15.646</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve um aumento na controladora de R\$583 dos saldos de provisão para perdas de créditos, principalmente para os clientes DDM Serviços Marítimos Ltda., Mac Laren Oil Estaleiros Eireli e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e uma reversão por recebimento de R\$366 destes clientes. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Administração julgou ser necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas, com base na perda esperada futura no valor de R\$583 e R\$1.165, controladora e consolidado.

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/18	719	1.589
Provisões	199	291
Reversões por baixa	<u>(47)</u>	<u>(450)</u>
Saldo em 31/12/19	871	1.430
Provisões	583	1.165
Reversões por baixa	<u>(366)</u>	<u>(395)</u>
Saldo em 31/12/20	<u>1.088</u>	<u>2.200</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 32% do saldo em 31 de dezembro de 2020), Equinor e PetroRio que, juntos com a Petrobras, representam 58% dos saldos a receber em aberto.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representava 44% do saldo em 31 de dezembro de 2019), Modec Serviços de Petróleo do Brasil Ltda., Aet Brasil Serviços SCS Ltda., Dommo Energia S.A. e Total E&P do Brasil Ltda., que juntos com a Petrobras representam 82% dos saldos a receber em aberto.

8. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Estoques	<u>4.500</u>	-	<u>5.308</u>	730
Total	<u>4.500</u>	-	<u>5.308</u>	<u>730</u>

O saldo de estoques da controladora em 31 de dezembro de 2020 é composto por estoques de dispersantes no valor de R\$2.712 e de combustíveis e lubrificantes no valor de R\$1.788 a serem consumidos na operação, e o saldo consolidado de estoques contempla, também, saldos de combustíveis da controlada OML.

O saldo consolidado de estoques em 31 de dezembro de 2019 é composto por saldo de R\$146 da controlada Servmar, referente a aquisições de mercadorias que serão utilizadas na prestação de serviços e por saldo de R\$584 da controlada indireta OML, referente a combustível a ser utilizado nas embarcações próprias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhuma provisão para perda em estoques foi reconhecida.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
IRPJ e CSLL (a)	3.510	2.567	10.531	8.009
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.195	1.767	1.986	1.974
Tributos retidos por terceiros (d)	1.084	494	5.646	1.484
CPRB (c)	72	1.890	88	2.439
Outros tributos a recuperar (d)	513	458	2.413	1.290
Total	6.374	7.176	20.664	15.196
Circulante	6.039	6.841	20.329	13.643
Não circulante	335	335	335	1.553

- (a) Os saldos de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são referentes a impostos retidos na fonte de clientes e compensações realizadas por estimativa realizada a maior.
- (b) Os saldos de PIS e COFINS a recuperar são créditos originados na operação da Companhia, com base no regime não cumulativo.
- (c) A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (ou "CPRB") era um imposto vigente até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No entanto, a Companhia continuou efetuando o recolhimento dessa contribuição com base em efeito suspensivo solicitado pelo sindicato das empresas de navegação e concedido pelo órgão competente. Em contrapartida reconheceu um ativo referente ao saldo a recuperar do imposto em questão pago a maior ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 a Companhia iniciou a compensação desses saldos com outros tributos federais (PIS, COFINS, ISS e IR).
- (d) Tributos retidos por terceiros e outros tributos a recuperar compreendem, principalmente, INSS retido por terceiros quando da contratação para prestação de serviços e IR e CS retidos na fonte e a recuperar.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Processos trabalhistas	281	281	1.016	590
Discussão acerca do ISS	-	2.290	-	2.646
Outros depósitos judiciais	84	-	106	13
Total	365	2.571	1.122	3.249

O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 da controladora é composto por valores depositados judicialmente relacionados a processos trabalhistas em andamento em que a Companhia é ré, e relacionados a pagamentos de ISS por meio de depósito judicial, decorrente de ações movidas pela Companhia com o cliente Repsol Sinopec Brasil S.A e Samarco Mineração S.A., referente ao município de incidência do ISS, tendo um saldo passivo do mesmo montante reconhecido em 31 de dezembro de 2019 na rubrica ISS a pagar. Em 31 de dezembro de 2020 os saldos depositados judicialmente, para uma melhor apresentação, foram reclassificados de forma a serem apresentados pelos seus montantes líquidos na rubrica de tributos a recolher no passivo não circulante, uma vez que a Companhia entende que o saldo de ISS referente a esses depósitos são devidos e que tais depósitos serão levantados em favor da autoridade fiscal competente.

O saldo consolidado de 31 de dezembro de 2020 inclui, também, depósitos judiciais efetuados pelas controladas no montante de R\$757 (R\$678 em 31 de dezembro de 2019), sendo o principal saldo decorrente da controlada Servmar, referentes a reclamações trabalhistas em que as ações correspondentes estão em andamento, no montante de R\$721 (R\$309 em 31 de dezembro de 2019) e discussão com Município de Diadema, em relação a incidência do ISS, que não apresenta saldo depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2020 e em 2019 os depósitos dessa natureza somavam R\$356 na controlada Servmar.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Tributos diferidos ativos				
Imposto de renda	14.217	7.474	46.714	23.703
Contribuição social	5.670	3.173	17.942	9.161
Outros tributos	516	368	679	424
Total	20.403	11.015	65.335	33.288
Tributos diferidos passivos				
Imposto de renda	-	-	711	492
Contribuição social	-	-	1	-
Total	-	-	712	492

O saldo de outros tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$516 na controladora e R\$679 no consolidado, refere-se principalmente ao reconhecimento de PIS e COFINS sobre a amortização e juros dos arrendamentos (R\$368 e R\$424, na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2019).

O imposto de renda e contribuição social diferidos acumulados no ativo e passivo são compostos conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Varição cambial líquida	10	(47)	37.898	16.672
Custos capitalizados OceanPact Navegação	(706)	(753)	(706)	(753)
Impostos exigibilidade suspensa	762	761	762	761
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	8.512	842	10.619	1.925
Provisões	8.024	8.024	18.429	14.950
Valor justo mais valia	585	490	724	490
Ganho na remensuração de investimento	-	(511)	-	(511)
Arrendamento mercantil	3.217	1.841	2.650	1.841
Depreciação acelerada para fins fiscais	-	-	(5.281)	(2.112)
Outros efeitos pulverizados	(517)	-	(1.151)	(891)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>19.887</u>	<u>10.647</u>	<u>63.944</u>	<u>32.372</u>
CSLL	5.670	3.173	17.941	9.161
IRPJ	<u>14.217</u>	<u>7.474</u>	<u>46.003</u>	<u>23.211</u>
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>19.887</u>	<u>10.647</u>	<u>63.944</u>	<u>32.372</u>
IRPJ e CSLL diferidos ativo	19.887	10.647	64.656	32.864
IRPJ e CSLL diferidos passivo	-	-	(712)	(492)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	<u>19.887</u>	<u>10.647</u>	<u>63.944</u>	<u>32.372</u>

A Companhia possui, no consolidado, em 31 de dezembro de 2020, tributos diferidos ativos de R\$65.335 (R\$33.288 em 31 de dezembro de 2019), que se referem substancialmente à variação cambial tributada pelo regime caixa, apurada na controlada OceanPact Navegação, saldo de prejuízos fiscais acumulados e bases negativas da contribuição social e provisões não dedutíveis temporalmente.

O saldo de tributos diferidos passivo consolidado, em 31 de dezembro de 2020, de R\$712 (R\$492 em 31 de dezembro de 2019), é referente à controlada OML, decorrente principalmente de benefícios de diferimento de tributação da depreciação de ativos imobilizado desta investida.

A controlada Servmar possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$30.751 (crédito fiscal) em 31 de dezembro de 2020 (crédito fiscal de R\$24.115 em 31 de dezembro de 2019), os quais não foram registrados, devido à baixa expectativa de realização efetuada pela Administração.

O Grupo, após a realização de solução de consulta junto à Receita Federal do Brasil, obteve resposta positiva quanto ao questionamento da aplicabilidade de depreciação fiscal acelerada em razão da utilização de ativo imobilizado em período superior a um turno de trabalho, motivo pelo qual passou, a partir de maio de 2019, a depreciar de forma acelerada duas embarcações da controlada OceanPact Navegação, que trabalham em mais de um turno de revezamento.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os tributos diferidos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 na controladora e no consolidado, serão realizados conforme demonstrativo a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	21.114	35.694
2022	73	3.781
2023	73	3.781
2024	73	3.781
Após 2024	293	24.724
Imposto diferido sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	21.626	71.761
Imposto diferido sobre diferenças temporárias passivas	(1.223)	(7.138)
Impostos diferidos ativo (passivo), líquido	20.403	64.623

12. OUTROS VALORES A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Adiantamentos a fornecedores	3.096	6.340	5.162	10.906
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 25)	949	1.085	106	143
Despesas antecipadas com seguros (a)	5.736	3.042	7.766	4.265
Gastos na emissão de ações (b)	4.329	-	4.329	-
Outros valores a receber – partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	167	61	17	1
Retenções contratuais – clientes (c)	2.074	560	6.499	3.674
Indenizações de seguros (d)	5.196	-	8.198	-
Outros valores a receber	686	1.504	5.101	2.184
Total	22.233	12.592	37.178	21.173
Circulante	19.996	11.876	30.445	17.284
Não circulante	2.237	716	6.733	3.889

- (a) As despesas com seguros são apropriadas com base no regime de competência e em sua maioria, são renovados anualmente no último trimestre de cada exercício.
- (b) Os gastos incorridos no processo de oferta pública incluem despesas com auditores, consultores e instituições financeiras que foram transferidos para o patrimônio líquido na conclusão da oferta inicial de ações, ocorrida no primeiro trimestre de 2021.
- (c) A parcela classificada no ativo não circulante refere-se, principalmente, a retenções realizadas por clientes, que a Companhia espera realizar após doze meses, com base nas condições e prazos contratuais. Os termos definidos em determinados contratos com clientes estabelecem que uma parte do valor faturado referente a serviços prestados é retido por estes como uma medida protetiva para eventuais questionamentos e, após um período a depender dos prazos contratuais, tais valores são efetivamente recebidos pela Companhia.
- (d) O saldo de indenização de seguros refere-se ao sinistro da embarcação Carmen, que naufragou em 20 de novembro de 2020 a cerca de 98 km do Cabo de São Tomé, na Baía de Campos, sem deixar vítimas (conforme divulgado na nota explicativa nº 17), quando foram acionadas a seguradora Farfaix (Casco) e West of England (P&I).

13. EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

A Companhia, em 11 de junho de 2018, concedeu um empréstimo no valor de R\$5.300, para a Santa Lúcia Patrimonial Ltda. (“Santa Lúcia” ou “SLP”), que era remunerado pela taxa Selic até a data da aquisição das cotas da SLP pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, este saldo era de R\$5.920, para fins de controladora e consolidado.

O referido recurso financeiro foi utilizado pela Companhia, em 20 de agosto de 2020, para aquisição das quotas da SLP e conseqüentemente a aquisição da totalidade das quotas da empresa SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli (“SLI”), subsidiária integral da SLP. O preço de aquisição foi de R\$6.042, valor referente ao saldo de empréstimo da data, totalmente utilizado (vide nota explicativa nº 14.1).

14. INVESTIMENTOS E PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA EM CONJUNTO

Os investimentos da Companhia são representados pelos saldos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
OceanPact Navegação	20.920	51.313	-	-
OceanPact International	51.430	43.343	-	-
EnvironPact	3.592	1.251	-	-
OceanPact Uruguay	5	4	-	-
OceanPact Geociências	49.732	26.484	-	-
O'Brien's do Brasil	2.673	1.927	5.140	3.706
Servmar	14.080	18.609	-	-
OceanPact Netherlands	80.951	41.704	-	-
Maraú	(605)	2.500	-	-
SLP	6.506	-	-	-
OML	20.087	-	-	-
OceanPact México	112	-	112	-
Total	249.483	187.135	5.252	3.706
Investimentos	250.088	187.135	5.252	3.706
Provisão para perda em investimento	(605)	-	-	-

a) Movimentação dos saldos de investimentos

As movimentações nos saldos das investidas estão demonstradas a seguir.

Investidas	Controladora							31/12/20
	31/12/19	Ágio – rentabilidade futura	Aquisição (baixa) de investimento	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	
OceanPact Navegação	51.313	-	-	-	-	(30.393)	-	20.920
OceanPact International	43.343	-	(22.848)	12.558	12.422	5.955	-	51.430
EnvironPact	1.251	-	-	-	-	2.341	-	3.592
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	1	-	-	5
OceanPact Geociências (**)	26.484	-	-	26.000	4.474	(7.226)	-	49.732
O'Brien's do Brasil	1.927	-	-	-	-	2.548	(1.802)	2.673
Servmar (*)	18.609	-	-	-	-	(4.529)	-	14.080
OceanPact Netherlands	41.704	-	-	32.880	10.490	(4.123)	-	80.951
Maraú	2.500	-	-	-	-	(3.105)	-	(605)
SLP (vide nota explicativa nº 14.1)	-	2.540	2.630	15	-	1.321	-	6.506
OML	-	-	22.378	-	(1.381)	(910)	-	20.087
OceanPact México	-	-	-	1.187	(156)	(919)	-	112
Total	187.135	2.540	2.160	72.640	25.850	(39.040)	(1.802)	249.483

(*) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$219.

Investidas	Controladora							31/12/19
	31/12/18	Aporte de capital	Ágio – rentabilidade futura	Ganho na remensuração de investimento	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	
OceanPact Navegação	51.568	-	-	-	-	(255)	-	51.313
OceanPact International	35.248	7.953	-	1.660	1.382	(2.900)	-	43.343
EnvironPact	989	-	-	-	-	1.459	(1.197)	1.251
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	1	-	-	4
OceanPact Geociências	12.138	14.109	219	482	96	(695)	135	26.484
O’Brien’s do Brasil	945	-	-	-	-	1.578	(596)	1.927
Servmar (**)	17.418	-	-	-	-	1.191	-	18.609
OceanPact Netherlands	(56)	43.291	-	-	270	(1.801)	-	41.704
Maraú	-	2.500	-	-	-	20	(20)	2.500
Total	118.253	67.853	219	2.142	1.749	(1.403)	(1.678)	187.135

(*) Valor positivo refere-se a dividendos declarados que foram revertidos no período subsequente.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R\$4.637.

Investida	Consolidado					31/12/20
	31/12/19	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
O’Brien’s do Brasil	3.706	-	-	4.901	(3.467)	5.140
OceanPact México	-	1.187	(156)	(919)	-	112
Total	3.706	1.187	(156)	3.982	(3.467)	5.252

Investida	Consolidado					31/12/19
	31/12/18	Aquisição de controle	Remensuração a valor justo	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
OceanPact Geociências	12.138	(14.750)	482	2.130	-	-
O'Brien's do Brasil	1.817	-	-	3.035	(1.146)	3.706
OML	13.788	(14.968)	1.660	(480)	-	-
Total	27.743	(29.718)	2.142	4.685	(1.146)	3.706

A apropriação dos juros e encargos capitalizados, referente ao empréstimo junto ao Banco Itaú BBA, no investimento da controlada OceanPact Navegação, é reconhecido no resultado de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de 2020 este valor foi de R\$204 (R\$204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). O saldo a apropriar referente à capitalização dos juros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.064 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2019).

b) Informações financeiras resumidas das investidas e conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora e Consolidado)

Os saldos das coligadas, controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir.

Investidas	31/12/2020				Patrimônio líquido	2020	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
OceanPact Navegação	15.819	281.337	38.300	241.000	17.856	63.474	(30.189)
OceanPact International	73	49.713	0	10	49.776	0	6.108
EnvironPact	1.125	2.469	1	1	3.592	750	2.978
OceanPact Uruguay	5	-	-	-	5	-	1
OceanPact Geociências	84.692	69.590	55.083	50.754	48.445	119.437	(6.991)
O'Brien's do Brasil	18.756	2.048	8.312	2.212	10.281	31.550	9.804
Servmar	33.359	17.585	17.562	24.227	9.155	78.376	(4.485)
OceanPact Netherlands	33.480	118.311	21.951	48.879	80.961	5.721	(4.037)
Maraú	2.429	63.178	20.977	45.235	(605)	0	(3.105)
OceanPact México	347	0	2.220	0	(1.873)	-	(1.838)
SLP	1	3.235	102	3.074	60	(16)	1.321
OML	31.566	33.158	21.989	2.555	40.180	52.588	(2.047)

Investidas	31/12/2019					2019	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
OceanPact Navegação	13.289	246.445	23.405	188.284	48.045	55.613	(51)
OceanPact International	1.506	40.177	-	-	41.683	141	(2.900)
EnvironPact	482	1.784	1.011	4	1.251	105	1.524
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	4	-	-
OceanPact Geociências	42.821	52.422	36.251	34.031	24.961	82.310	1.871
O'Brien's do Brasil	14.559	2.371	8.314	1.204	7.412	29.692	6.073
Servmar	28.898	22.550	26.530	11.279	13.639	117.441	2.262
OceanPact Netherlands	1.924	39.826	46	-	41.704	2.218	(1.801)
Maraú	2.529	1	30	-	2.500	-	20
OceanPact México	1.390	-	-	1.390	-	-	-
Cod Hole	2.756	22.140	-	-	24.896	3.245	(3.784)
MMB	699	11	77	-	633	2.778	224
OML	16.235	27.274	13.280	-	30.229	12.408	(2.691)

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos e provisão para perda em investimento, da controladora.

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora												Total
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	SLP	OML	OceanPact México	
PL investida	17.856	49.776	3.592	5	48.445	10.281	9.155	80.961	(605)	60	40.180	(1.873)	
% participação direta	99,9%	100%	100%	99%	100%	26%	99,9%	100%	99,90%	96,78%	50,00%	50,00%	
Subtotal	17.838	49.776	3.592	5	48.445	2.673	9.146	80.961	(604)	58	20.090	(936)	
Mais valia - ganho remensuração	-	1.660	-	-	482	-	-	-	-	-	-	-	
Mais valia – aquisição participação	-	-	-	-	1.445	-	288	-	-	943	-	-	
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	-	2.540	-	-	
Capitalização de juros	3.064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos (*)	18	(6)	-	-	(640)	-	9	(10)	(1)	2.965	(3)	1.048	
Total investimentos (Provisão para perda em investimento)	20.920	51.430	3.592	5	49.732	2.673	14.080	80.951	(605)	6.506	20.087	112	249.483

(*) Outros efeitos considerados na conciliação entre o patrimônio líquido da SLP e o valor do investimento da Controladora nesta investida é decorrente do saldo a ser aportado pela Controladora na SLP no valor de R\$3.047 considerando a participação detida pela Controladora nesta investida, saldo este parte da combinação de negócios descrita na nota explicativa nº 14.1, já adiantado à SLP, cujo ato societário referente ao aumento de capital ainda não foi concretizado até a data dessas demonstrações financeiras. Outros efeitos considerados na conciliação do patrimônio líquido da OceanPact México é decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora										Total
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú		
PL investida	48.045	41.683	1.251	4	24.961	7.412	13.639	41.704	2.500		
% participação direta	100%	100%	99,95%	99%	100%	26%	100%	100%	99,9%		
Subtotal	48.045	41.683	1.250	4	24.961	1.927	13.639	41.704	2.498		
Mais valia - ganho remensuração	-	1.660	-	-	482	-	-	-	-		
Mais valia – aquisição participação	-	-	-	-	1.681	-	333	-	-		
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	-		
Capitalização de juros	3.268	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros efeitos	-	-	1	-	(640)	-	-	-	2		
Total investimentos	51.313	43.343	1.251	4	26.484	1.927	18.609	41.704	2.500	187.135	

O quadro a seguir concilia as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial da controladora.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Controladora											
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	SLP	OML	OceanPact México	Total
Lucro (prejuízo) da investida	(30.189)	6.108	2.978	(6.991)	9.804	(4.485)	(4.037)	(3.105)	1.321	(2.047)	(1.838)	
% participação direta	99,9%	100%	100%	100%	26%	99,9%	100%	100%	100%	50%	50%	
Subtotal	(30.159)	6.108	2.978	(6.991)	2.549	(4.481)	(4.037)	(3.102)	1.320	(1.024)	(919)	
Amortização de mais valia	-	-	-	(235)	-	(46)	-	-	-	-	-	
Amortização juros capitalizados	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	(30)	(154)	(637)	-	(1)	(2)	(86)	(3)	1	114	-	
Total resultado de equivalência	(30.393)	5.954	2.341	(7.226)	2.548	(4.529)	(4.123)	(3.105)	1.321	(910)	(919)	(39.040)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Controladora										
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências		O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	Total	
				01/01/19 a 03/11/19	03/11/19 a 31/12/19						
Lucro (prejuízo) da investida	(51)	(2.900)	1.524	4.260	(2.389)	6.073	2.262	(1.801)	20		
% participação direta	100%	100%	99,95%	50%	100%	26%	100%	100%	99,9%		
Subtotal	(51)	(2.900)	1.523	2.130	(2.389)	1.579	2.262	(1.801)	20		
Amortização de mais valia	-	-	-	-	(119)	-	(1.071)	-	-		
Amortização juros capitalizados	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros efeitos	-	-	(64)	-	(317)	(1)	-	-	-		
Total resultado de equivalência	(255)	(2.900)	1.459	(695)		1.578	1.191	(1.801)	20	(1.403)	

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos e perda com investimento em controlada em conjunto do consolidado.

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado		
	O'Brien's do Brasil	OceanPact México	Total
PL investida	10.281	(1.873)	
% participação direta	50%	50%	
Total investimentos	5.140	(936)	
Outros efeitos	-	1.048	
Total resultado de equivalência	5.140	112	5.252

Em 31 de dezembro de 2019	Consolidado	
	O'Brien's do Brasil	Total
PL investida		7.412
% participação direta		50%
Total investimentos		3.706

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial do consolidado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Consolidado		
	O'Brien's do Brasil	OceanPact México	Total
Lucro (prejuízo) da investida	9.804	(1.838)	
% participação direta	50%	50%	
Total resultado de equivalência	4.902	(919)	3.983

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Consolidado			
	OceanPact Geociências (*)	O'Brien's do Brasil	OML (*)	Total
Lucro (prejuízo) da investida	4.260	6.073	(960)	
% participação direta	50%	50%	50%	
Subtotal	2.130	3.037	(480)	
Outros efeitos	-	(2)	-	
Total resultado de equivalência	2.130	3.035	(480)	4.685

(*) Considera lucro da OceanPact Geociências e da OML de 1º de janeiro de 2019 a 3 de novembro de 2019, quando foi obtido o controle dessas investidas (vide nota explicativa nº 14.1).

c) Informações adicionais sobre determinadas investidas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Tecnologia possuía capital social subscrito e não integralizado de R\$100,00 (cem reais), não possuindo ativos ou passivos nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Uruguay possuía capital social subscrito e integralizado de R\$5 e R\$4, respectivamente.

A Companhia, em novembro de 2019, aumentou sua participação na Oceanpact Geociências, passando de 50% a 100% sua participação na investida em questão e, conseqüentemente, a OceanPact Geociências passou a ser uma controlada integral da Companhia a partir de 4 de novembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar, no valor de R\$1.097, apresentado na rubrica "Outras obrigações" (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2019). Não há incidência de juros sobre esse saldo e a Companhia tem a expectativa de efetuar o pagamento no final do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a OceanPact Netherlands possuía capital subscrito e integralizado no valor de R\$100.396 e, em 31 de dezembro de 2019, possuía capital subscrito e não integralizado de R\$43.602 (US\$19.319 mil e US\$10.819 mil, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Camamú possuía capital social subscrito e não integralizado de R\$2.500, não possuindo ativos ou passivos nessa data.

A Cod Hole é uma investida indireta da Companhia, controlada da OceanPact International Holding Cayman e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras

A OML é uma investida direta e indireta da Companhia, controlada em conjunto pela Companhia e pela OceanPact Geociências e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia desde 4 de novembro de 2019. Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited, até a data da aquisição do controle, esta investida não era consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia, por meio da sua controlada OceanPact International detinha o controle compartilhado da OML, com 50% de participação, sendo os 50% remanescentes detidos por uma empresa terceira. Em 4 de novembro de 2019, a OceanPact Geociências adquiriu a participação de 50% na OML que era detida pelo terceiro, passando a OceanPact Geociências a exercer controle compartilhado com a OceanPact International na OML. Nesta mesma data a Companhia adquiriu a participação remanescente de 50% na OceanPact Geociências, e obteve o controle integral desta investida, que detém 50% de participação na OML desde 4 de novembro de 2019. Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter de forma direta a participação de 50% na OML, anteriormente detida pela OceanPact International. A transferência se deu pelo valor contábil daquela data, de US\$4.160 mil, por meio de uma redução de capital da Companhia na OceanPact International, enquanto esta investida recomprou tais ações e as manteve em tesouraria. O valor da transação foi equivalente a 4.159.868 ações da OceanPact International.

A MMB é uma investida indireta da Companhia, controlada da Cod Hole e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram realizados pela Companhia aportes de capital na investida OceanPact Netherlands que somaram US\$6.000 mil, equivalente a R\$32.880.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram realizados pela Companhia aportes de capital na investida OceanPact International que somaram US\$2.120 mil, equivalente a R\$12.558.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram realizados aportes de capital pela Companhia na investida OceanPact Geociências que somaram R\$26.000.

14.1. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a) Aquisição de controle Santa Lúcia Patrimonial (“SLP”)

Em 20 de agosto de 2020, a Companhia, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios e com o principal objetivo de expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais e serviços submarinos, adquiriu a participação de 96,78% da SLP, e com isso o controle da empresa SLI.

O valor da aquisição, efetuada em 20 de agosto de 2020, foi de R\$6.042. A Companhia procedeu com a elaboração do laudo PPA, que apresentou os valores justos demonstrados abaixo. A Companhia concluiu a alocação final dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 1º de março de 2021 e não identificou ajustes aos valores provisoriamente reconhecidos.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de reais - R\$:

Em 20 de agosto de 2020	Valores justos
<u>ATIVOS</u>	
Caixa e equivalentes	723
Clientes	1.879
Impostos a recuperar	817
Outros ativos	857
Imobilizado	2.158
Intangível	103
<u>PASSIVOS</u>	
Fornecedores	(653)
Tributos a pagar	(384)
Empréstimos e financiamentos	(820)
Imposto diferido passivo	(502)
Outros passivos	(559)
Ativos líquidos	<u>3.619</u>
Participação adquirida	<u>96,78%</u>
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	<u>3.502</u>
Contraprestação transferida e a transferir	<u>6.042</u>
Montante não alocado – ágio (vide nota explicativa nº 18)	<u>2.540</u>

A combinação de negócios, na qual ocorreu a aquisição do controle da SLP, identificou uma mais valia dos ativos imobilizados, sendo majoritariamente referente a mais valia de máquinas e equipamentos. Esta mais valia foi reconhecida nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e será depreciada com base na vida útil remanescente dos ativos correspondentes, que corresponde, na data da combinação de negócios, a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 2 anos.

Em 30 de outubro de 2020 foi feita cisão parcial desproporcional de determinados ativos da SLP em conexão com a retirada da sociedade dos sócios minoritários, onde a Companhia passou a deter 100% de participação nessa investida. O valor atribuído à parcela cindida da SLP foi de R\$850, tendo sido reduzido o capital dessa investida em R\$100 e, conseqüentemente, o valor de R\$750 reconhecido no patrimônio líquido da Companhia como uma redução na reserva de investimentos.

b) Aquisição de controle OceanPact Geociências

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios e com o principal objetivo de expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais e serviços submarinos, adquiriu a participação remanescente de 50%, e com isso o controle integral da investida OceanPact Geociências. Fundada em 2012 no Rio de Janeiro, a OceanPact Geociências tem como atividade a prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, para o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A., teve sua razão social alterada em 2019. Antes da combinação de negócios, a Companhia detinha 50% de participação nessa investida, possuía controle compartilhado e, portanto, refletia tal participação nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, portanto, esta combinação foi realizada em estágios.

O valor da aquisição foi de R\$14.968, a contraprestação transferida em 5 de novembro de 2019 foi de R\$15.093, sendo a diferença decorrente de variação cambial, reconhecida como despesa no resultado financeiro da Companhia. A Companhia elaborou laudo de avaliação do valor justo líquido, que avaliou os ativos e passivos da investida a valor justo na data da aquisição do controle, como demonstrado a seguir.

Em 4 de novembro de 2019	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valores justos
ATIVOS			
Caixa e equivalentes	37.946	-	37.946
Clientes	23.444	-	23.444
Tributos a recuperar	2.060	-	2.060
Outros valores a receber	3.484	-	3.484
Ativo circulante	66.934	-	66.934
Outros valores a receber	550	-	550
Ativo fiscal diferido	2.662	-	2.662
Imobilizado	28.101	2.604	30.705
Intangível	77	-	77
Ativo não circulante	31.390	2.604	33.994
PASSIVOS			
Empréstimos e financiamentos	(45.200)	-	(45.200)
Fornecedores	(13.946)	-	(13.946)
Obrigações tributárias	(2.836)	-	(2.836)
Obrigações trabalhistas	(2.826)	-	(2.826)
Outras obrigações	(180)	-	(180)
Passivo Circulante	(64.988)	-	(64.988)
Empréstimos e financiamentos	(5.556)	-	(5.556)
Imposto diferido passivo	-	(885)	(885)
Passivo não circulante	(5.556)	(885)	(6.441)
Ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	27.780	1.719	29.499

Em 4 de novembro de 2019	R\$ mil
Valor contábil da participação detida anteriormente	14.268
Ganho na remensuração do investimento	482
Valor justo da participação detida anteriormente (50%)	14.750
Valor da contraprestação transferida aquisição participação remanescente	14.968
(=) Contraprestação total	29.718
(-) Valor justo dos ativos líquidos da OceanPact Geociências	(29.499)
(=) Ágio apurado na aquisição	219
<hr/>	
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios	482

A combinação de negócios, na qual ocorreu a aquisição do controle da OceanPact Geociências, resultou em mais valia dos ativos imobilizados, referente a equipamentos. Esta mais valia será depreciada com base na vida útil remanescente dos ativos correspondentes, que corresponde na data da combinação a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 8 anos.

A combinação de negócios, na qual a Companhia obteve controle da OceanPact Geociências, resultou em um ágio no valor de R\$219, que se justifica pela obtenção do controle da referida investida. Na combinação de negócios foi apurado um ganho pela remensuração do investimento detido anteriormente pela Companhia na OceanPact Geociências de R\$482, calculado pela diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos proporcional à participação detida anteriormente com o valor contábil desse investimento na data da combinação de negócios.

O ganho pela remensuração do investimento detido anteriormente no montante de R\$482, está registrado na demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na linha de outras receitas e despesas operacionais.

Caso a combinação de negócios tivesse ocorrida em 1º de janeiro de 2019, a receita líquida consolidada seria acrescida em R\$63.322 e o lucro líquido consolidado seria reduzido em R\$2.345, respectivamente.

c) Aquisição indireta de controle na OML

Em 4 de novembro de 2019 a Companhia passou a deter controle indireto na OML, uma vez que nesta data a OceanPact Geociências adquiriu 50% de participação nesta empresa e a Companhia adquiriu os 50% remanescentes da OceanPact Geociências. Como a controlada da Companhia OceanPact International detém 50% de participação na OML, para fins de consolidado houve a obtenção de controle pela Companhia na OML e, portanto, foi elaborado laudo de avaliação a valor justo dos ativos líquidos da OML para reconhecimento desta aquisição e, na visão da Companhia houve a obtenção de controle com remensuração da participação detida anteriormente por meio da OceanPact International, o que gerou um ganho na remensuração do investimento de R\$1.660, reconhecido no resultado da controladora e consolidado, conforme demonstrado a seguir. Esta combinação foi realizada em estágios.

O principal motivo para esta aquisição pelo Grupo foi a expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios.

Em 4 de novembro de 2019	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes a valor justo efetuados	Valor justo na data de aquisição
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalentes	294	-	294
Clientes	15.170	-	15.170
Outros valores a receber	676	-	676
Ativo circulante	<u>16.140</u>	-	<u>16.140</u>
Imobilizado	28.228	3.164	31.392
Ativo não circulante	<u>28.228</u>	<u>3.164</u>	<u>31.392</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Empréstimos partes relacionadas	(2.796)	-	(2.796)
Fornecedores	(12.698)	-	(12.698)
Outras obrigações	(762)	-	(762)
Passivo circulante	<u>(16.256)</u>	-	<u>(16.256)</u>
Imposto diferido	(708)	-	(708)
Imposto diferido sobre a mais valia	-	(632)	(632)
Passivo não circulante	<u>(708)</u>	<u>(632)</u>	<u>(1.340)</u>
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	<u>27.404</u>	<u>2.532</u>	<u>29.936</u>
<u>Em 4 de novembro de 2019</u>			<u>R\$ mil</u>
Valor contábil da participação detida anteriormente			13.308
Ganho na remensuração do investimento			<u>1.660</u>
Valor justo da participação detida anteriormente (50%)			14.968
Valor da contraprestação transferida aquisição participação remanescente			15.093
(=) Contraprestação total			30.061
(-) Valor justo dos ativos líquidos da OML			(29.936)
(=) Ganho de compra vantajosa apurado na aquisição			125
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios (controladora)			<u>1.660</u>
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios (consolidado)			<u>1.785</u>

15. DIVIDENDOS A RECEBER

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos de dividendos a receber:

	Controladora			31/12/20
	31/12/19	Baixas	Adições	
O'Briens do Brasil	389	(1.552)	1.801	638
OceanPact Navegação	1.392	-	-	1.392
EnvironPact	1.000	(1.000)	-	-
Maraú	20	-	-	20
	<u>2.801</u>	<u>(2.552)</u>	<u>1.801</u>	<u>2.050</u>

	Controladora			31/12/19
	31/12/18	Baixas	Adições	
O'Briens do Brasil	8	(215)	596	389
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
OceanPact Navegação	2.382	(990)	-	1.392
Environpact	-	(197)	1.197	1.000
Maraú	-	-	20	20
	<u>2.525</u>	<u>(1.537)</u>	<u>1.813</u>	<u>2.801</u>

	Consolidado			31/12/20
	31/12/19	Baixas	Adições	
O'Briens do Brasil	746	(2.988)	3.468	1.226
	<u>746</u>	<u>(2.988)</u>	<u>3.468</u>	<u>1.226</u>

	Consolidado			31/12/19
	31/12/18	Baixas	Adições	
O'Briens do Brasil	14	(414)	1.146	746
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
	<u>149</u>	<u>(549)</u>	<u>1.146</u>	<u>746</u>

16. DIREITO DE USO

	Controladora								
	31/12/18	Adoção Inicial	Adições	Baixas	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/20	
<u>Direito de uso</u>									
Imóveis - arrendamento	-	11.945	3.269	-	15.214	20.296	-	35.510	
Embarcações - arrendamento	-	24.797	8.864	(18.783)	14.878	31.639	(248)	46.269	
Subtotal	-	36.742	12.133	(18.783)	30.092	51.935	(248)	81.779	
<u>Amortização acumulada</u>									
Imóveis - arrendamento	-	-	(1.926)	-	(1.926)	(2.321)	-	(4.247)	
Embarcações - arrendamento	-	-	(16.700)	12.650	(4.050)	(10.466)	-	(14.516)	
Subtotal	-	-	(18.626)	12.650	(5.976)	(12.787)	-	(18.763)	
Total líquido	-	36.742	(6.493)	(6.133)	24.116	39.148	(248)	63.016	
	<u>Consolidado</u>								
	31/12/18	Adoção inicial	Adições	Baixas	31/12/19	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	31/12/20
<u>Direito de uso</u>									
Imóveis - arrendamento	-	14.425	5.442	-	19.867	21.418	-	-	41.285
Embarcações - arrendamento	-	24.797	8.051	(18.783)	14.065	93.131	(1.798)	(2.394)	103.004
Subtotal	-	39.222	13.493	(18.783)	33.932	114.549	(1.798)	(2.394)	144.289
<u>Amortização acumulada</u>									
Imóveis - arrendamento	-	-	(2.774)	-	(2.774)	(3.305)	-	-	(6.079)
Embarcações - arrendamento	-	-	(15.924)	12.650	(3.274)	(11.136)	287	60	(14.063)
Subtotal	-	-	(18.698)	12.650	(6.048)	(14.441)	287	60	(20.142)
Total líquido	-	39.222	(5.205)	(6.133)	27.884	100.108	(1.511)	(2.334)	124.147

O direito de uso de imóvel de terceiros e embarcações, são referentes a 15 contratos firmados pela Companhia e por suas controladas vigentes em 31 de dezembro de 2020 (10 contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 22 para maiores informações acerca dos contratos de arrendamento firmados e vigentes em 31 de dezembro de 2020.

As taxas de amortização anual utilizadas pela Companhia e suas controladas, estão considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento, exceto com relação ao arrendamento de uma embarcação (Parcel do Bandolim), em que o direito de uso é amortizado considerando a vida útil remanescente para esta embarcação.

Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda nos ativos desta natureza.

A controlada Servmar atua como arrendatária em determinados contratos de arrendamento firmados com terceiros, classificados como arrendamentos financeiros até 31 de dezembro de 2019, devido ao fato de a controlada em questão reter substancialmente todos os riscos e benefícios dos bens arrendados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, a controlada Servmar vinha reconhecendo em seu ativo imobilizado determinados bens arrendados, tendo como contrapartida o reconhecimento de passivo de arrendamento. Em função da aplicação da norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 – “Leases”, tais saldos foram transferidos do imobilizado para direito de uso em 1º de janeiro de 2019.

17. IMOBILIZADO

	Controladora							
	31/12/18	Adições	Baixas	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências	31/12/20
<u>Custo corrigido:</u>								
Embarcações e docagens	82.976	54.620	-	137.596	79.269	(6.159)	928	211.634
Máquinas e equipamentos	44.091	5.990	(1.126)	48.955	12.815	-	638	62.408
Computadores e periféricos	1.592	601	-	2.193	747	-	-	2.940
Móveis e utensílios	487	431	-	918	87	-	-	1.005
Instalações	511	94	-	605	188	-	-	793
Benf. em imóveis de terceiros	2.037	3.677	-	5.714	76	-	-	5.790
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	9.312	-	(1.566)	7.746
Subtotal	131.694	65.413	(1.126)	195.981	102.494	(6.159)	-	292.317

	Controladora							
	31/12/18	Adições	Baixas	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências	31/12/20
Depreciação acumulada:								
Embarcações e docagens	(51.805)	(15.956)	-	(67.761)	(16.055)	6.009	-	(77.807)
Máquinas e equipamentos	(18.339)	(4.479)	908	(21.910)	(4.778)	-	-	(26.688)
Computadores e periféricos	(1.152)	(208)	-	(1.360)	(314)	-	-	(1.674)
Móveis e utensílios	(304)	(58)	-	(362)	(91)	-	-	(453)
Instalações	(268)	(63)	-	(331)	(73)	-	-	(404)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.022)	(78)	-	(2.100)	(716)	-	-	(2.816)
Subtotal	(73.890)	(20.842)	908	(93.824)	(22.027)	6.009	-	(109.842)
Total líquido	57.804	44.571	(218)	102.157	80.468	(150)	-	182.474

	Consolidado											
	31/12/18	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de Conversão	31/12/19	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	31/12/20
Custo histórico:												
Embarcações e docagens	337.538	28.869	65.016	(5.682)	1.600	427.341	203	108.251	(6.838)	928	31.155	561.039
Máquinas e equipamentos	82.253	32.531	9.943	(1.632)	919	124.014	1.496	67.140	(16.841)	638	8.591	185.038
Computadores e periféricos	1.825	558	765	(30)	-	3.118	130	1.224	(6)	-	-	4.466
Móveis e utensílios	619	354	433	(55)	-	1.351	167	109	(1)	-	-	1.626
Instalações	529	240	108	-	-	877	50	227	-	-	-	1.154
Veículos	6.939	-	78	(146)	-	6.871	48	-	-	-	-	6.919
Terrenos	-	-	-	-	-	-	70	-	(70)	-	-	-
Benf. em imóveis de terceiros	2.036	430	4.112	-	-	6.578	-	658	(783)	-	-	6.452
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	12.915	-	(1.566)	-	11.349
Subtotal	431.739	62.982	80.455	(7.545)	2.519	570.150	2.164	190.524	(24.540)	-	39.746	778.043
Depreciação acumulada:												
Embarcações e docagens	(85.616)	-	(32.999)	198	(340)	(118.757)	-	(46.874)	6.176	-	(12.645)	(172.101)
Máquinas e equipamentos	(26.061)	-	(10.620)	1.954	(98)	(34.825)	-	(17.312)	4.595	-	(2.137)	(49.679)
Computadores e periféricos	(1.197)	-	(318)	30	-	(1.485)	-	(598)	-	-	-	(2.083)
Móveis e utensílios	(326)	-	(84)	27	-	(383)	-	(161)	1	-	-	(543)
Instalações	(268)	-	(70)	-	-	(338)	-	(124)	-	-	-	(462)
Veículos	(1.727)	-	(1.322)	-	-	(3.049)	-	-	-	-	-	(3.049)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.022)	-	(167)	-	-	(2.189)	-	(1.885)	392	-	-	(3.683)
Subtotal	(117.217)	-	(45.580)	2.209	(438)	(161.026)	-	(66.955)	11.163	-	(14.782)	(231.600)
Total líquido	314.522	62.982	34.875	(5.336)	2.081	409.124	2.164	123.569	(13.377)	-	24.964	546.444

As taxas de depreciação anual utilizadas pela Companhia, para todos os exercícios reportados, considerando bens adquiridos novos, estão relacionadas a seguir.

Bens	Taxa anual
Embarcações	5% e 10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Benfeitorias imóveis e embarcações de terceiros	(*)
Veículos	20%
Docagens	20% e 40%

(*) Depreciação pelo prazo de locação dos bens de terceiros.

A Companhia adquiriu, em 26 de setembro de 2019, a embarcação denominada Austral Abrolhos, com o objetivo de ser utilizada nas atividades da Companhia, pelo valor de R\$19.565.

A Companhia, em 2019, realizou benfeitorias no imóvel onde fica sua sede (Matriz - Glória/RJ), no valor de R\$4.191, necessárias em decorrência da mudança de endereço de sua sede para este imóvel.

A Companhia, em outubro de 2019, realizou o estorno da operação de venda da embarcação "Marimar", no valor de R\$1.979 e R\$1.247 de depreciação, portanto, esta embarcação voltou a fazer parte do ativo imobilizado da Companhia pelos saldos contabilizados antes da venda. A venda original foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A controlada OceanPact Netherlands B.V. adquiriu em 26 de abril de 2019 a embarcação denominada Parcel das Paredes no valor de US\$2.300 mil (equivalente a R\$9.269), com o objetivo de oferecer serviços de afretamento.

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu o controle da investida OceanPact Geociências Ltda., que possuía ativos imobilizados mensurados a valor justo na data da aquisição no valor de R\$30.705.

A controladora adquiriu três embarcações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020: (i) Parcela das Timbebas (anteriormente Sealion Amazônia) em 20 de abril de 2020 por R\$25.733, (ii) Ilha do Cabo Frio (anteriormente Seabulk Brasil) em 15 de outubro de 2020 por R\$17.889 e (iii) Ilha de São Sebastião (anteriormente Seabulk Angra) em 15 de outubro de 2020 por R\$17.889.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na linha de adiantamentos a fornecedores são decorrentes de adiantamentos efetuados pela Companhia e suas investidas para aquisição de materiais a serem utilizados na prestação de serviços de docagem nas embarcações do Grupo, merecendo destaque as embarcações Austral Abrolhos, Parcel das Paredes, Parcel das Timbebas, Parcel de Manuel Luís, Ilha de São Sebastião e Ilha de Cabo Frio.

As baixas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na linha de embarcações e docagens são decorrentes do naufrágio da embarcação Carmen em 20 de novembro de 2020, de propriedade da Companhia, com 322 toneladas de porte bruto (TPB), representativa de 0,8% da tonelagem da frota da Companhia, afretada a casco nu pela controlada OceanPact Geociências com o objetivo de execução de serviços de aquisição de dados oceanográficos, a cerca de 98 km do Cabo de São Tomé, na Baía de Campos, sem deixar vítimas.

O empréstimo firmado entre a OceanPact Navegação e o BNDES tem as embarcações objetos dos financiamentos dadas em garantia da dívida. As embarcações dadas em garantia deste empréstimo são Fernando de Noronha e Jim Obrien que possuem em conjunto valor contábil de R\$149.533, em 31 de dezembro de 2020.

Nas datas-bases de 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a análise dos indicativos de “impairment”, concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

18. INTANGÍVEL

	Controladora					
	31/12/18	Adições	31/12/19	Adições	Transferência	31/12/20
<u>Custo</u>						
Licenças de softwares	2.923	108	3.031	777	29	3.837
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	29	(29)	-
<u>Amortização acumulada</u>						
Licenças de softwares	(1.536)	(564)	(2.100)	(638)	-	(2.738)
Total líquido	1.387	(456)	931	167	-	1.099

	Consolidado				
	31/12/19	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	31/12/20
<u>Custo:</u>					
Licenças de softwares	4.084	2.346	-	232	6.662
Ágio - Rentabilidade futura (*)	4.856	2.540	-	-	7.396
<u>Amortização acumulada</u>					
Licenças de softwares	(2.293)	(1.054)	-	(38)	(3.385)
Total líquido	6.647	3.832	-	194	10.673

	Consolidado				
	31/12/18	Combinação de negócios	Adições	Baixas	31/12/19
<u>Custo:</u>					
Licenças de softwares	3.412	77	595	-	4.084
Ágio - Rentabilidade futura (*)	4.637	-	219	-	4.856
<u>Amortização acumulada</u>					
Licenças de softwares	(1.540)	-	(753)	-	(2.293)
Total líquido	6.509	77	61	-	6.647

(*) O ágio oriundo de rentabilidade futura é referente ao investimento na controlada Servmar, adquirida em 5 de janeiro de 2018 e da SLP, adquirida em 20 de agosto de 2020.

A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para os exercícios apresentados (controladora e consolidado).

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a análise de “impairment” de ativos intangíveis, concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável, exceto o ágio, cuja avaliação deve ser anual.

Com relação ao ágio a Companhia efetuou, nas datas-bases de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, teste de impairment, concluindo não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio. A Companhia utilizou como base para o teste de impairment, o valor em uso, tendo considerado as seguintes principais premissas no teste realizados em ambas as datas:

- Considerados fluxos de caixa futuros estimados para os próximos 5 anos, tendo como base informações históricas das investidas;
- Considerada taxa de crescimento de 1% a.a. (sem inflação);
- Taxa de desconto de 7,6% a.a. em termos reais e fluxo não considerou inflação prevista;
- Não foi considerada previsão de pagamentos de imposto de renda e contribuição social;

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Subsea7 do Brasil Ltda.	5.615	9.140	5.615	9.140
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	1.889	1.020	1.256	125
Outros fornecedores (*)	25.140	19.769	44.945	40.697
	<u>32.644</u>	<u>29.929</u>	<u>51.816</u>	<u>49.962</u>

(*) Saldo pulverizado relacionados com contas a pagar da Companhia e suas controladas de materiais e serviços relacionados, principalmente, às atividades operacionais desempenhadas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo mais representativo era devido ao fornecedor Subsea7 do Brasil Ltda., correspondente a 17% do saldo em aberto para fins de controladora e 11% para fins de consolidado (16% e 11% em 31 de dezembro de 2019).

A Subsea7 do Brasil Ltda. presta serviços de inspeção em unidades submarinas em parceria com a Companhia para clientes em alguns contratos, serviço usual no curso normal das atividades operacionais da Companhia.

20. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/19	1.356	-	1.356	1.666	69	1.735
Provisões	30	-	30	142	79	221
Reversões	(1.361)	-	(1.361)	(1.525)	-	(1.525)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/20	25	-	25	283	148	431
Saldo em 31/12/18	12	-	12	115	137	252
Provisões	1.344	-	1.344	1.551	-	1.551
Reversões	-	-	-	-	(68)	(68)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/19	1.356	-	1.356	1.666	69	1.735

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2020 houve reversão de provisão relacionada a dois processos trabalhistas que tiveram a probabilidade de perda alterada de provável para remota e possível, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, nos valores de R\$885 e R\$243, respectivamente.

Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

Trabalhistas: envolve reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, questionamento acerca de verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores

jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Trabalhistas	2.704	1.255	5.718	1.255
Cíveis	3.600	-	3.600	4.436
Tributárias	10.032	6.947	10.032	6.947
	16.336	8.202	19.350	12.638

As principais contingências em 31 de dezembro de 2020, classificadas com expectativa de perda possível se referem à manifestação de inconformidade em face de retenções na fonte efetivamente sofridas e devidamente informadas (natureza tributária) no valor estimado de R\$5.851 e à arbitragem de fornecedor decorrente de rescisão de contrato de afretamento de casco pela controladora (natureza cível) no valor estimado de R\$3.493.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A PAGAR

21.1. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Aymoré	242	-	242	-
Banco ABC Brasil	10.020	13.139	10.020	23.252
Banco Bocom BBM	9.816	6.877	29.439	6.877
Banco Bradesco	1	48.990	152	50.141
Banco CCB Múltiplo	12.983	17.735	12.983	17.735
Banco do Brasil	4.453	-	4.453	-
Banco Guanabara	-	-	6.822	6.444
Banco Itaú	-	15.180	4.371	39.962
Banco Santander	4.989	8.804	17.378	30.607
Banco Votorantim	9.950	-	9.950	-
BNDES	18.868	-	274.372	203.432
Caixa Econômica	19.937	-	29.866	-
FINEP	16.585	16.504	16.585	16.504
Total	107.844	127.229	416.633	394.954
Circulante	30.100	45.928	67.257	86.050
Não circulante	77.744	81.301	349.376	308.904

As taxas de juros e as datas dos vencimentos dos saldos de empréstimos e financiamentos, em aberto em 31 de dezembro de 2020, estão discriminadas abaixo.

Instituições financeiras	Finalidade	Taxa de juros mensal (%)	Vencimento (*)
Aymoré	Financiamento de bens	1,15	abr/23
Banco ABC Brasil	Capital de giro	0,17 a 0,41 + CDI	nov/24
Banco Bocom BBM	Capital de giro	0,14 a 0,37 + CDI	set/25
Banco Bradesco	Capital de giro	0,17 a 0,20 + CDI	nov/22
Banco CCB Múltiplo	Capital de giro	0,23 + CDI	dez/22
Banco do Brasil	Capital de giro	0,54 + CDI	abr/21
Banco Guanabara	Capital de giro	0,32 + CDI	set/22
Banco Itaú	Capital de giro e financiamento de bens	0,22 a 0,37 + CDI 0,17 + TLP	ago/25 jun/23
Banco Santander	Capital de giro	0,21 a 0,42 + CDI	jul/23
Banco Votorantim	Capital de giro	0,38 + CDI	nov/23
BNDES	Financiamento de embarcações	0,23 a 0,32 + Variação do dólar	abr/32
Caixa Econômica	Capital de giro	0,36 + CDI	abr/23
FINEP	Financiamento de projeto	TJLP	abr/31

(*) As datas acima representam o vencimento máximo da dívida com a referida instituição financeira.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controladora captou R\$20.486 junto ao BNDES para aquisição da embarcação Sealion, R\$19.900 com a Caixa Econômica Federal, R\$10.000 junto ao Banco do Brasil, R\$10.000 junto ao Banco ABC Brasil, R\$10.000 junto ao Banco Bocom BBM, R\$10.000 junto ao Banco Votorantim, R\$1.076 junto ao Banco Bradesco e R\$38.000 junto ao Banco Itaú, estes com a finalidade de capital de giro, e R\$358 junto à Aymore, objetivando financiamento de bens de ativo imobilizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a investida OceanPact Navegação captou R\$10.000 junto a Caixa Econômica com prazo de vencimento em 2023, a investida OceanPact Geociências captou R\$10.000 junto ao Banco Bocom BBM e R\$4.837 junto ao Banco Guanabara com prazo de vencimento em 2021, ambos para capital de giro, a investida Servmar captou R\$10.000 junto ao banco Bocom BBM para capital de giro e R\$1.461 junto ao Banco Itaú, objetivando financiamento de bens de ativo imobilizado e a investida SLI captou R\$240 junto ao Banco Itaú e R\$43 junto ao Banco Bradesco, ambos para capital de giro.

O saldo a pagar ao BNDES é referente ao empréstimo, concedido à controlada OceanPact Navegação pelo Fundo da Marinha Mercante em conexão com a construção de embarcações. Este contrato firmado com o BNDES foi celebrado em 17 de julho de 2014 apresenta cláusula obrigando a manutenção de uma conta centralizadora, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, incluindo principal e juros (nota explicativa nº 6). O empréstimo junto ao BNDES é atrelado ao dólar norte-americano.

O financiamento junto à FINEP foi contratado em 25 de março de 2019 com o objetivo de realizar um projeto específico de plataforma Cronos, que integrará dados meteoceanográficos de diferentes fontes, com o objetivo de reduzir o tempo entre a detecção de um incidente e uma resposta eficaz. O valor total do contrato é de R\$34.834, tendo sido liberado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$16.460 e a primeira parcela a ser paga em um prazo de 48 meses a partir da data da assinatura do contrato. Em conexão com este empréstimo, a Companhia efetuou um depósito garantia junto ao Banco Bocom BBM e se comprometeu a efetuar depósitos mensais por 48 meses, ao longo do prazo de carência. Como contrapartida, o Banco Bocom BBM emitiu uma carta de fiança à FINEP, no valor de R\$16.675, em conexão com o financiamento em questão. Tal investimento poderá ser utilizado para quitar o referido financiamento em data futura e, em 31 de dezembro de 2020 constituía um saldo de R\$16.274 (vide nota explicativa nº 6).

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios apresentados, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/18	36.123	262.350
Novas captações	112.860	121.360
Encargos capitalizados	(1.584)	(1.682)
Pagamentos de principal	(20.489)	(47.592)
Pagamentos de juros	(5.668)	(13.151)
Variação cambial	-	9.845
Combinações de negócio	-	50.756
Juros e encargos apropriados	5.987	13.068
Saldo em 31/12/19	<u>127.229</u>	<u>394.954</u>
Novas captações	119.820	156.401
Pagamentos de principal	(140.254)	(198.151)
Pagamentos de juros	(9.432)	(19.136)
Variação cambial	342	62.100
Juros apropriados	10.717	20.502
Outros	(578)	(37)
Saldo em 31/12/20	<u>107.844</u>	<u>416.633</u>

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Controladora	Consolidado
2022	34.273	70.418
2023	21.202	61.011
2024	7.552	35.321
2025	3.532	30.619
Após 2025	11.185	152.007
Total	77.744	349.376

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. A Companhia informa que não houve descumprimento das cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A seguir listamos estas principais cláusulas dos empréstimos e financiamentos em aberto:

Instituições financeiras	Principais cláusulas restritivas
	Indicador: Despesa Financeira Líquida / EBITDA
Banco Santander	- menor ou igual a 3,0x em 31/12/2020, - menor ou igual a 2,0 em 31/12/2021, - menor ou igual a 1,5x em 31/12/2022 e anos seguintes
BNDES	Manutenção do saldo da conta centralizadora, cumprimento de determinadas obrigações relacionadas a treinamento em caso de redução de pessoal, adoção de medidas de proteção ao meio ambiente

Além das principais cláusulas restritivas mencionadas acima, alguns contratos possuem determinadas obrigações de entrega de demonstrações financeiras, aprovação prévia em caso de alteração do controle societário, dentre outras.

21.2. Debêntures a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Circulante	28.671	-	28.671	-
Não circulante	227.785	-	227.785	-
Total	256.456	-	256.456	-

A movimentação do saldo de debêntures a pagar nos exercícios apresentados, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/19	-	-
Novas captações	265.004	265.004
Custos de emissão	(9.961)	(9.961)
Apropriação de custos	804	804
Apropriação de juros	5.542	5.542
Pagamento de juros	(4.935)	(4.935)
Outros	2	2
Saldo em 31/12/20	<u>256.456</u>	<u>256.456</u>

Na captação das debêntures foram oferecidos como garantias contratos firmados de prestação de serviços com a Petrobras e aval do acionista controlador (pessoa física) da Companhia.

As principais informações acerca das debêntures emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

OPERAÇÃO	DEBÊNTURES 01	DEBÊNTURES 02
Instituições financeiras intermediadoras	BRA ITAU ABC BV	BBM ALFA
Data emissão	28/09/2020	30/09/2020
Valor emissão	R\$204.000	R\$61.000
Liberação até 31/12/2020	R\$204.000	R\$61.000
Taxa de remuneração anual	CDI + 5,50%	CDI + 5,50%
Comissão	3%	3%
Amortização	Trimestral (1 ano de carência e amortização em 17 parcelas)	Trimestral (1 ano de carência e amortização em 17 parcelas)
Cláusulas restritivas (indicadores financeiros mensuração anual)	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (*) - até 3,0x em 2020 - até 2,0x em 2021 - até 1,5x em 2022	Indicador: Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado (*) - até 3,0x em 2020 - até 2,0x em 2021 - até 1,5x em 2022
(*) Para fins de mensuração dos indicadores financeiros das debêntures, a Dívida Líquida Ajustada considera o endividamento líquido da Companhia ajustado pelos efeitos decorrentes da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 e o EBITDA Ajustado da Companhia compreende o lucro líquido antes dos impostos, antes do resultado financeiro, antes da despesa de depreciação e amortização, e antes das despesas consideradas como não recorrentes, definidas no contrato como eventuais despesas que tenham sido incorridas em um único exercício e que, por consequência, não é esperado que sejam incorridas em exercícios futuros.		

A Companhia informa que não houve descumprimento das cláusulas restritivas das debêntures na data-base de 31 de dezembro de 2020.

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificadas no passivo não circulante, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	59.384	59.384
2023	60.555	60.555
2024	61.330	61.330
2025	46.516	46.516
Total	<u>227.785</u>	<u>227.785</u>

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

22. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-	8.982
Adoção inicial IFRS 16	36.742	39.322
Juros apropriados	3.633	3.928
Novos arrendamentos	12.133	4.511
Pagamentos de principal	(13.209)	(16.138)
Pagamentos de juros	(3.744)	(3.772)
Baixa de arrendamentos	(6.133)	(6.133)
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	<u>29.422</u>	<u>30.600</u>
Juros apropriados	4.334	6.504
Novos arrendamentos	51.935	114.549
Pagamentos de principal	(9.937)	(12.348)
Pagamentos de juros	(3.080)	(5.438)
Baixa de arrendamentos	(248)	(263)
Ajuste de conversão	-	(2.215)
Outros	(62)	(81)
Passivo de arrendamento em 31/12/2020	<u>72.364</u>	<u>131.308</u>
Máquinas e equipamentos	-	1.811
Imóveis	35.373	40.243
Embarcações	36.991	89.254

As naturezas dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2020, assim como data de vencimento, período de vigência e as taxas de desconto utilizadas, estão apresentadas a seguir.

<u>Tipo de contrato – Direito de uso</u>	<u>Taxa desconto mensal</u>	<u>Vigência do contrato</u>	<u>Vencimento</u>
1 Imóvel Filial Niterói	0,91%	8 anos	mai/27
2 Imóvel Filial Guarujá	0,91%	3 anos	jun/22
3 Imóvel Matriz	0,87%	6 anos	abr/25
4 Imóvel Filial Macaé	0,91%	3 anos	out/22
5 Imóvel Filial São João da Barra	0,91%	8 anos	set/27
6 Imóvel Itaipuaçu Codepe	0,86%	10 anos	jul/30
7 Imóvel São João da Barra Codepe	1,10%	25 anos	ago/45
8 Imóvel São João da Barra Codepe - área adicional	0,77%	3 anos	jun/23
9 Afretamento embarcação BS Camboriu	0,81%	3 anos	nov/22
10 Afretamento embarcação Parcel das Paredes (*)	0,78%	3 anos	ago/23
11 Afretamento embarcação Seacor Grant (*)	0,74%	3 anos	mar/22
12 Afretamento embarcação Didi K	0,60%	16 meses	abr/21
13 Afretamento embarcação Parcel do Bandolim (**)	0,80%	5 anos	jun/25
14 Afretamento embarcação Havila Harmony	0,79%	3 anos	out/23
15 Afretamento embarcação UP Água Marinha	0,79%	3 anos	nov/23

(*) Contratos de afretamento firmados entre a Companhia e a sua controlada OceanPact Netherlands. O passivo de arrendamento referentes a essas embarcações é de R\$25.652 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.515 em 31 de dezembro de 2019).

(**) O contrato de afretamento da embarcação Parcel do Bandolim possui opção de compra ao final do prazo de vigência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Passivo de arrendamento - circulante	18.424	7.411	34.288	6.771
Passivo de arrendamentos - não circulante	53.940	22.011	97.020	23.829
Total do passivo de arrendamento	72.364	29.422	131.308	30.600

Os fluxos futuros do passivo de arrendamento (descontados e não descontados), base para apuração de créditos de PIS e COFINS, estão apresentados a seguir, assim como o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar.

Fluxos de caixa nominais	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contraprestação do arrendamento	103.407	28.165	108.907	32.648
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	9.565	2.605	10.074	3.020

Fluxos de caixa descontados	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contraprestação do arrendamento	38.337	20.062	42.545	23.275
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	3.546	1.856	3.935	2.153

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Administração entende que os saldos de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas e o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, este último atrelado ao dólar, possuem condições pactuadas que são específicas para esta natureza de transação e assim sendo julgam que os saldos contábeis se aproximam de seus valores justos. Os saldos de empréstimos com bancos privados são pactuados a taxas de mercado vigentes vinculadas ao CDI e TJLP, conforme o caso e, portanto, refletem o valor atual de mercado. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perda.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

	Controladora			
	31/12/20		31/12/19	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e bancos	6.967	6.967	1.185	1.185
Aplicações financeiras	106.840	106.840	11.986	11.986
Clientes	68.435	68.435	69.641	69.641
Empréstimos a partes relacionadas	35.314	35.314	1.390	1.390
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	12.168	12.168	9.550	9.550
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	32.644	32.644	29.929	29.929
Empréstimos e financiamentos	107.844	107.844	127.229	127.229
Debêntures a pagar	256.456	256.456	-	-
Passivo de arrendamento	72.364	72.364	29.422	29.422
Empréstimos de partes relacionadas	72.443	72.443	50.743	50.743
<u>Consolidado</u>				
	31/12/20		31/12/19	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e bancos	27.399	27.399	8.459	8.459
Aplicações financeiras	169.911	169.911	42.649	42.649
Clientes	108.872	108.872	114.776	114.776
Empréstimos partes relacionadas	-	-	1.470	1.470
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	25.083	25.083	16.908	16.908
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	51.816	51.816	49.962	49.962
Empréstimos e financiamentos	416.633	416.633	394.954	394.954
Debêntures a pagar	256.456	256.456	-	-
Passivo de arrendamento	131.308	131.308	30.600	30.600
Empréstimos de partes relacionadas	-	-	38	38
<u>Instrumento financeiro</u>				
Caixa e bancos	<u>Categoria e forma de mensuração</u>			
Aplicações financeiras	Custo amortizado			
Clientes	Custo amortizado			
Empréstimos a partes relacionadas	Custo amortizado			
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	Custo amortizado			
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos ao custo amortizado			
Debêntures a pagar	Outros passivos ao custo amortizado			
Passivo de arrendamento	Outros passivos ao custo amortizado			
Empréstimos de partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado			

a) Risco de taxa de câmbio

A controlada da Companhia OceanPact Navegação possui instrumentos financeiros passivos (empréstimo - BNDES) que podem gerar impacto nos fluxos de caixa futuros e nos resultados em caso de variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano em relação ao real.

Com relação ao risco do empréstimo obtido junto ao BNDES, a controlada da Companhia OceanPact Navegação celebrou o contrato de prestação de serviços com a Petrobras atrelando 25% da receita ao dólar norte-americano, de forma a proteger seus fluxos de caixa futuros da variação da moeda. Adicionalmente, a Administração monitora as evoluções nas taxas cambiais e os possíveis impactos das mesmas sobre suas operações.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI e sobre determinados saldos passivos de empréstimos e financiamentos, atrelados à CDI e TJLP, conforme o caso, e a Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e da TJLP e os possíveis impactos sobre suas operações.

c) Risco de mercado

Em relação aos riscos do setor de óleo e gás, dois fatores se destacam: (i) Manutenção dos preços do barril de petróleo em níveis considerados baixos, desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não é afetada diretamente por esse risco, uma vez que não possui contratos ou qualquer tipo de remuneração atrelada ao preço do petróleo, no entanto, vem tendo suas operações impactadas pela diminuição das atividades desse segmento no Brasil; e (ii) a conjuntura envolvendo a Petrobras, estatal brasileira que é a maior empresa do segmento de petróleo no país, e as investigações recentes, cujo resultado poderá impactar os seus planos de investimento.

Em termos consolidados, o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 48% do total da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (47% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 55% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (66% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Até 1 ano	32.644	29.929	51.816	49.962
Fornecedores	32.644	29.929	51.816	49.962

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Até 1 ano	34.954	46.258	82.167	93.312
De 1 a 2 anos	37.550	42.657	82.222	83.246
De 2 a 5 anos	35.977	29.773	148.362	109.499
Após 5 anos	13.030	15.831	167.282	137.058
Empréstimos e financiamentos	121.511	134.519	480.033	423.115
Até 1 ano	51.624	-	51.624	-
De 1 a 2 anos	78.828	-	78.828	-
De 2 a 5 anos	191.623	-	191.623	-
Após 5 anos	-	-	-	-
Debêntures a pagar	322.075	-	322.075	-
Até 1 ano	22.819	9.972	45.083	10.118
De 1 a 5 anos	42.457	21.542	92.179	23.246
Após 5 anos	72.969	6.336	73.152	6.746
Passivo de arrendamentos	138.245	37.850	210.414	40.110

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo indeterminado e, portanto, não foram incluídos no demonstrativo acima.

e) Tabelas de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir.

Varição Cambial – US\$

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía R\$962 a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar e, em conjunto com suas controladas, o saldo de fornecedores consolidado a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar é de R\$1.025 e o montante de R\$22.339 e R\$305.855 de financiamentos a pagar ao BNDES (controladora e consolidado, respectivamente). Esses valores a pagar são atrelados ao dólar norte-americano, convertidos para reais à taxa vigente. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 31 de dezembro de 2020.

Controladora – 31/12/20	Saldo em R\$ mil	Saldo em US\$ mil
<u>Operações</u>		
Fornecedores	5.933	1.142
Empréstimos e financiamentos	18.868	3.631

Controladora		Cenários		
<u>Varição de moeda</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Dólar norte-americano	5,20	5,00	6,25	7,50
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	US\$1.142mil	(225)	1.203	2.630
Empréstimos e financiamentos	US\$3.631 mil	(714)	3.824	8.363
Despesa (receita)		(939)	5.027	10.993
<u>Consolidado – 31/12/20</u>		<u>Saldo em R\$ mil</u>	<u>Saldo em US\$ mil</u>	
<u>Operações</u>				
Fornecedores		17.450	3.358	
Empréstimos e financiamentos		274.372	52.797	
<u>Consolidado</u>		<u>Cenários</u>		
<u>Varição de moeda</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Dólar norte-americano	5,20	5,00	6,25	7,50
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	US\$3.538 mil	(661)	3.537	7.734
Empréstimos e Financiamentos	US\$52.797 mil	(10.385)	55.611	121.608
Despesa (receita)		(11.046)	59.148	129.342

Varição Cambial - NOK

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia para fins de controladora e consolidado possuía R\$1.317 e R\$1.448, respectivamente, a pagar a fornecedores estrangeiros atrelado à coroa norueguesa (NOK). Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando um horizonte até o encerramento do exercício social de 2021, estão demonstrados a seguir, no cenário considerado pela Administração como mais provável, tendo como expectativa de mercado dados do relatório SEB divulgado em 17 de novembro de 2020.

Controladora – 31/12/20		<u>Saldo em R\$ mil</u>	<u>Saldo em NOK mil</u>	
<u>Operações</u>				
Fornecedores		1.317	2.163	
<u>Controladora</u>		<u>Cenários</u>		
<u>Varição de moeda</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Coroa Norueguesa	0,61	0,62	0,78	0,94
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	NOK 2.163 mil	31	370	716
Despesa (receita)		31	370	716

Consolidado – 31/12/20	Saldo em R\$ mil	Saldo em NOK mil
------------------------	------------------	------------------

Operações

Fornecedores	1.448	2.378
--------------	-------	-------

Consolidado	31/12/20	Cenários		
Variação de moeda		Provável	25%	50%
Coroa Norueguesa	0,61	0,62	0,78	0,94
<u>Impacto no resultado</u>				
Fornecedores	NOK 2.378 mil	34	406	787
Despesa (receita)		34	406	787

Taxa de juros - CDI

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem saldos ativos e passivos consolidados atrelados à taxa CDI, compostos basicamente por títulos e valores mobiliários, equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2020 apresentam uma exposição líquida passiva de R\$222.006 na controladora e R\$212.222 no consolidado. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando o encerramento do exercício social de 2021, contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 31 de dezembro de 2020.

Controladora	Saldo em 31/12/20	Indexador
<u>Operações</u>		
Equivalentes de caixa	84.567	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	22.274	98% do CDI
Debêntures	256.456	CDI + 5,54% a.a.
Empréstimos e financiamentos	72.390	CDI + 4,41% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Controladora	31/12/20	Cenários		
Variação de taxa de juros		Provável	25%	50%
CDI	98% CDI	3,00% x 98%	2,25% x 98%	1,50% x 98%
Equivalentes de caixa	84.567	(2.486)	(1.865)	(1.243)
Títulos e valores mobiliários	22.274	(655)	(491)	(327)
Despesa (receita)		(3.141)	(2.356)	(1.570)

Controladora	31/12/20	Cenários		
Variação de taxa de juros		Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,54%	3% + 5,54%	3,75% + 5,54%	4,5% + 5,54%
Debêntures	256.456	21.901	23.825	25.748
Despesa (receita)		21.901	23.825	25.748

Controladora	Cenários			
Variação de taxa de juros	31/12/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 4,41%	3,00% + 4,41%	3,75% + 4,41%	4,50% + 4,41%
Empréstimos e financiamentos	72.390	5.364	5.907	6.450
Despesa (receita)		5.364	5.907	6.450
Efeito líquido total exposição CDI		24.124	27.376	30.628

Consolidado	Saldo em 31/12/20	Indexador
<u>Operações</u>		
Equivalentes de caixa	139.140	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	30.771	98% do CDI
Debêntures	256.456	CDI + 5,54% a.a.
Empréstimos e financiamentos	125.677	CDI + 4,03% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI.

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	31/12/20	Provável	25%	50%
CDI	98% CDI	3,00% x 98%	2,25% x 98%	1,50% x 98%
Equivalentes de caixa	139.140	(4.091)	(3.068)	(2.045)
Títulos e valores mobiliários	30.771	(905)	(678)	(452)
Despesa (receita)		(4.996)	(3.746)	(2.497)

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	31/12/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 5,54%	3,00% + 5,54%	3,75% + 5,54%	4,50% + 5,54%
Debêntures	239.979	21.901	23.825	25.748
Despesa (receita)		21.901	23.825	25.748

Consolidado	Cenários			
Variação de taxa de juros	31/12/20	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 4,03%	3,00% + 4,03%	3,75% + 4,03%	4,50% + 4,03%
Empréstimos e financiamentos	83.665	8.835	9.778	10.720
Despesa (receita)		8.835	9.778	10.720
Efeito líquido total exposição CDI		25.740	29.857	33.971

Taxa de juros – TJLP Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem saldos passivos consolidados atrelados à TJLP, compostos basicamente por empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2020 apresentam uma exposição passiva de R\$16.585 na controladora e no consolidado. Com base em projeções divulgadas pelo Banco ABC Brasil foi obtida a projeção da TJLP para fim do exercício de 2021, de 4,64%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Saldo em 31/12/20</u>	<u>Indexador</u>
<u>Operações</u>		
Empréstimos e financiamentos	16.585	TJLP + 0,12% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados à TJLP

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Variação de taxa de juros</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Cenários</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
TJLP		TJLP + 0,12%	4,55% + 0,12%	5,69% + 0,12%	6,82% + 0,12%
Empréstimos e financiamentos		16.585	775	964	1.151
Despesa (receita)			775	964	1.151

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Multas contratuais clientes (*)	903	3.671	1.152	3.756
Adiantamentos de partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	-	4.697	-	-
AFAC OceanPact International	1.299	-	-	-
Aquisição de investimento (**)	1.764	2.233	1.764	2.233
Reembolso a pagar (***)	-	-	9.723	575
Outras obrigações	-	83	3.821	2.144
Total	3.966	10.684	16.460	8.708
Circulante	2.342	8.886	14.638	7.289
Não circulante	1.624	1.798	1.822	1.419

(*) Referente a multas devido ao descumprimento de cláusulas contratuais com clientes, substancialmente Petrobras.

(**) Em 31 de dezembro de 2020, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar, no valor de R\$1.764 (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2020).

(***) Saldo referente a gastos incorridos pela investida OML com determinados fornecedores, tendo expectativa de serem liquidados no exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de natureza de custos de pessoal, alugueis de equipamentos relacionados à operação de AUVs com contratos de curto prazo e prestação de serviços.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. Remuneração dos Administradores

Os diretores estatutários compõem o quadro de Administradores da Companhia (pessoal chave). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores pagos foram de R\$5.961 (R\$3.807 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Em relação ao consolidado, os valores pagos aos Administradores foram de R\$8.997 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$7.318 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não possui Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria instalados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Benefícios de curto prazo:				
Pro labore	4.512	3.541	7.548	5.256
Bônus	1.449	266	1.449	2.062
	<u>5.961</u>	<u>3.807</u>	<u>8.997</u>	<u>7.318</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram concedidas ações de emissão da Companhia a determinados executivos, conforme divulgado na nota explicativa nº 26.

A Companhia e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo e outros benefícios de curto prazo além dos divulgados acima, concedido aos seus Administradores.

25.2. Resumo de transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Cientes (vide nota explicativa nº 7)	6.957	1.741	-	47
Compartilhamento de despesas	949	1.085	106	143
Empréstimos a receber	35.314	1.390	-	1.470
Dividendos a receber (vide nota explicativa nº 15)	2.050	2.801	1.226	746
Outros valores a receber (vide nota explicativa nº 12)	167	61	17	1
Total saldos ativos com partes relacionadas	<u>45.437</u>	<u>7.078</u>	<u>1.349</u>	<u>2.407</u>
Fornecedores (vide nota explicativa nº 19)	(1.889)	(1.020)	(1.256)	(125)
Empréstimos a pagar	(72.443)	(50.743)	-	(38)
Dividendos a pagar (vide nota explicativa nº 26.d)	-	(13.519)	-	(13.525)
Outras obrigações a pagar (vide nota explicativa nº 24)	-	(4.697)	-	-
Total saldos passivos com partes relacionadas	<u>(74.332)</u>	<u>(69.979)</u>	<u>(1.256)</u>	<u>(13.688)</u>

Companhias	Controladora					
	31/12/2020					
	Cientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores
		A receber	A pagar			
OceanPact Navegação	3.021	331	-	(72.443)	83	(57)
OceanPact Geociências	3.936	225	26.000	-	12	(1.281)
O'Brien's do Brasil	-	106	-	-	17	(44)
Cod Hole	-	-	-	-	-	(96)
MMB	-	-	-	-	-	(411)
Servmar	-	287	9.314	-	55	-
Total	6.957	949	35.314	(72.443)	167	(1.889)

Companhias	Controladora						
	31/12/2019						
	Cientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Outras obrigações
		A receber	A pagar				
OceanPact Navegação	-	385	-	(50.743)	-	-	-
OceanPact Geociências	1.727	241	-	-	60	-	(4.697)
O'Brien's do Brasil	14	143	-	-	1	-	-
OceanPact International	-	-	-	-	-	(125)	-
MMB	-	-	-	-	-	(414)	-
Servmar	-	316	-	-	-	(481)	-
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-	-
Total	1.741	1.085	1.390	(50.743)	61	(1.020)	(4.697)

Companhias	Controladora			
	2020		2019	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Navegação	3.021	(3.252)	-	(4.439)
OceanPact Geociências	9.667	(4.364)	2.806	(177)
O'Brien's do Brasil	88	(1.134)	244	(1.702)
Cod Hole	-	(721)	-	(3.254)
MMB	-	(913)	-	(844)
Servmar	-	(2.738)	19	(3.287)
OceanPact Netherlands	-	(6.896)	-	-
Total	12.776	(20.018)	3.069	(13.703)

Os saldos a receber da OceanPact Geociências correspondem a serviços prestados pelas embarcações da Companhia no apoio às atividades de monitoramento ambiental, meteoceanografia, aquisição e processamento de dados geofísicos, entre outros, que possuem prazos de recebimento similares aos aplicados para clientes terceiros da Companhia.

Os saldos a receber de O'Briens do Brasil, correspondem a serviços de consultoria prestados pela Companhia. Os prazos de vencimento dos saldos a receber são similares aos aplicados pela Companhia com seus clientes.

Os saldos a receber de Servmar, correspondem a aluguel de equipamentos da Companhia no apoio às atividades de atendimento emergenciais às contingências para combate a vazamento de petróleo e seus derivados, entre outros. Os prazos de vencimento dos saldos a receber são similares aos aplicados pela Companhia com seus clientes.

Todos os contratos de empréstimos firmados entre a Companhia e suas investidas possuem valor determinado e prazo indeterminado para pagamento, sem incidência de juros. A seguir é apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos a pagar a partes relacionadas e a receber de partes relacionadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Empréstimos a pagar a partes relacionadas					
Controladora					
31/12/18	Amortizações	31/12/19	Captações	Amortizações	31/12/20
53.083	(2.340)	50.743	22.000	(300)	72.443
Empréstimos a receber de partes relacionadas					
Controladora					
Saldo em 31/12/2018					26.438
Variação cambial					21.476
Recebimentos					1.922
Empréstimos concedidos					(48.446)
Saldo em 31/12/2019					1.390
Variação cambial					441
Recebimentos					(649)
Empréstimos concedidos					35.319
Aporte de capital (*)					(1.187)
Saldo em 31/12/2020					35.314

(*) Aporte de capital na investida OceanPact México.

Nenhum saldo de contas a receber de partes relacionadas possui provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, e nenhuma despesa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, referentes a saldos com partes relacionadas considerados incobráveis ou de liquidação duvidosa.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com suas investidas O'Brien's do Brasil (vigente até dezembro de 2021), OceanPact Geociências (vigente até 31 de dezembro de 2021), sua controlada OceanPact Navegação. (vigente até 31 de dezembro de 2021) e Servmar (vigente até dezembro de 2021). Pelos contratos, a Companhia deve ser reembolsada em um percentual, negociado entre as partes, dos seus gastos administrativos (pessoal, material de escritório etc.), pois suas investidas se beneficiam de sua estrutura. O saldo a receber das investidas, em 31 de dezembro de 2020, referente a compartilhamento de despesas é de R\$949 (R\$1.085 em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado		
	31/12/2020		
Companhias	Compartilhamento de despesas a receber	Outros valores a receber	Fornecedores
O'Brien's do Brasil	106	17	(1.256)
Total	106	17	(1.256)

Companhias	Consolidado					
	31/12/2019					
	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a	
A receber			A pagar	receber	Fornecedores	
O'Brien's do Brasil	47	143	80	(38)	1	(125)
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-
Total	<u>47</u>	<u>143</u>	<u>1.470</u>	<u>(38)</u>	<u>1</u>	<u>(125)</u>

Companhias	Consolidado			
	2020		2019	
	Receitas	Custos e despesas	Receitas	Custos e despesas
O'Brien's do Brasil	88	(1.134)	244	(1.702)
Total	<u>88</u>	<u>(1.134)</u>	<u>244</u>	<u>(1.702)</u>

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, totalmente integralizado, era de R\$34.567, representado por 4.900.627 ações ordinárias e, após aumento de capital ocorrido em 28 de setembro de 2020 e desdobramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020, passou a ser R\$42.999 representado por 128.210.675 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 2020	
	Quantidade de ações	Participação (%)
Acionistas		
Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade	73.167.575	59,0%
Dyna II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.515.675	26,2%
Acionistas minoritários	20.593.000	14,8%
Ações em tesouraria	1.934.425	-
Total	<u>128.210.675</u>	<u>100,0%</u>

	Em 31 de dezembro de 2019	
	Quantidade de ações	Participação (%)
Acionistas		
Tinharé Participações S.A.	3.600.000	73,5%
Dyna II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.300.627	26,5%
Total	<u>4.900.627</u>	<u>100,0%</u>

Em 29 de setembro de 2020, foi realizado aumento de capital da Companhia, decorrente da incorporação reversa da Tinharé Participações S.A., no montante de R\$8.432, passando o capital social da Companhia a ser de R\$42.999, naquela data, dividido em 5.128.427 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

A Tinharé Participações S.A., anteriormente holding não operacional da OceanPact Serviços mantinha somente investimento na Companhia e, após a incorporação reversa, esta empresa foi extinta. Com a incorporação da Tinharé Participações S.A., foram mantidas em tesouraria 227.800 ações, em conta redutora de patrimônio líquido, podendo essas serem utilizadas pela OceanPact para concessão de ações a administradores ou funcionários.

Nesse contexto, após a incorporação reversa da Tinharé Participações S.A., foram concedidas a determinados executivos da Companhia, em 29 de setembro de 2020, 60.870 ações da Companhia.

Em 27 de novembro de 2020, a assembleia geral da Companhia aprovou um Plano de Concessão de Ações autorizando a outorga de 89.553 das ações ordinárias de emissão da Companhia que haviam sido destinadas à tesouraria no âmbito da incorporação da Tinharé Participações S.A., aprovada em 29 de setembro de 2020. Ainda em 27 de novembro de 2020, com aprovação do Conselho de Administração, foi realizada a concessão de tais ações a diretor da Companhia, ficando sujeitas, porém, nos termos do contrato de concessão, a Períodos de Restrição (em que não podem ser transferidas ou oneradas e se sujeitam a opções de recompra pela Companhia em caso de desligamento ou falecimento) que se estendem até a conclusão de seus respectivos Períodos de Aquisição (conforme definidos no respectivo contrato).

Por força dessas concessões, foi reconhecida como despesa de pessoal no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$5.568. Considerando a existência de direito de recompra das ações pelos acionistas controladores da OceanPact pelo valor contábil delas, a Companhia entende que os valores justos das ações concedidas aos seus executivos se aproximam dos seus valores contábeis. Após as referidas concessões, a OceanPact passou a manter 1.934.425 ações em tesouraria, equivalente a R\$2.864, em conta redutora do patrimônio líquido.

Em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2020, e arquivada na JUCERJA em 10 de dezembro de 2020, foi aprovado o desmembramento das ações da Companhia de 1 para 25 ações, sem alteração do valor do capital social da Companhia, passando o capital que era dividido em 5.128.427 ações, a ser dividido em 128.210.675 ações em 31 de dezembro de 2020.

26.b. Reservas de capital

Representa o ágio recebido no valor de R\$78.701 sobre a emissão de 1.300.627 ações em 2013, subscritas pelo acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações, menos os gastos necessários à emissão das novas ações, que somaram R\$2.354.

Em 2014, o acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações realizou um aporte adicional de R\$7.242, referente à diferença entre o resultado previsto no momento da avaliação e o resultado efetivo em 31 de dezembro de 2013, conforme previsto em cláusula contratual. Este aporte não representa um aumento de participação acionária do referido acionista e foi reconhecido como reserva de capital de ágio.

O saldo de reservas de capital se manteve inalterado nas datas-bases apresentadas nestas demonstrações financeiras.

26.c. Reservas de lucros e distribuição de lucros

- i. Reserva legal: a Companhia, nos exercícios apresentados, está dispensada de constituir reserva legal porque o saldo desta conta, acrescido do saldo das contas de reservas de capital, excede o limite de 30% do capital social, conforme definido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76.
- ii. Reserva para investimento: representa o saldo de lucros retidos para investimento na atividade da Companhia, baseado em seu orçamento de capital.
- iii. Distribuição de lucros: aos acionistas é garantido em estatuto, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

26.d. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Dividendos e JCP a pagar	-	13.519	-	13.525
	-	13.519	-	13.525

26.e. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o exercício, considerando o desmembramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020.

Para os exercícios apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos exercícios apresentados.

	01/01/20 a 31/12/20	01/01/19 a 31/12/19
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(22.810)	9.616
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	123.993.885	122.515.675
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	(0,18)	0,08

26.f. Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto no CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras e suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta rubrica era credor em R\$36.855 e R\$11.131, respectivamente. Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, diferentes do Real (vide nota explicativa nº 2.4).

27. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços prestados no país	448.241	275.470	717.517	483.542
Serviços prestados no exterior	908	1.002	6.998	10.614
Receita bruta	449.149	276.472	724.515	494.156
Tributos sobre receita (*)	(49.787)	(29.540)	(81.933)	(50.941)
Receita líquida	<u>399.362</u>	<u>246.932</u>	<u>642.582</u>	<u>443.215</u>

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados. Na controlada Servmar os tributos incidentes sobre receita representam 0,65% e 1,65% de contribuição para o PIS, 3% e 7,6% de COFINS, e uma alíquota variável de 2% a 5% de ISS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., AET Brasil Serviços STS Ltda., Modec Serviços de Petróleo do Brasil Ltda. e Vale S.A., responsáveis por 43%, 11%, 11% e 10% da receita bruta da Companhia, respectivamente. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 48% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 55% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Dommo Energia S.A., responsáveis por 42%, 5% e 9% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 47% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 66% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: (i) embarcações e (ii) serviços.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas de resultado tais como resultado financeiro, tributos sobre o lucro, além das contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

As principais informações sobre resultado por segmento de negócio, estão resumidas a seguir:

<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	389.571	253.011	642.582
Custo dos serviços	(297.389)	(220.039)	(517.428)
Lucro bruto	92.182	32.972	125.154
Despesas gerais e administrativas	(47.780)	(30.037)	(77.817)
Equivalência patrimonial	-	3.982	3.982
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	4.849	14.896	19.745
EBIT	49.251	21.813	71.064
(+) Depreciação e amortização	48.738	31.334	80.072
EBITDA	97.989	53.147	151.136
EBITDA			151.136
Depreciação e amortização			(80.072)
Resultado financeiro			(103.344)
Tributos sobre o lucro			9.470
Prejuízo do exercício			(22.810)
<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	242.587	200.628	443.215
Custo dos serviços	(197.436)	(165.963)	(363.399)
Lucro (Prejuízo) bruto	45.151	34.665	79.816
Despesas gerais e administrativas	(27.677)	(22.376)	(50.053)
Equivalência patrimonial	-	4.685	4.685
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	735	5.487	6.222
EBIT	18.209	22.461	40.670
(+) Depreciação e amortização	44.292	18.649	62.941
EBITDA	62.501	41.110	103.611
EBITDA			103.611
Depreciação e amortização			(62.941)
Resultado financeiro			(27.936)
Tributos sobre o lucro			(3.118)
Lucro líquido do exercício			9.616

A receita segmentada por área de atuação da Companhia está apresentada a seguir:

<u>Receita líquida consolidada</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ambiental:	334.010	254.954
Embarcações	177.550	131.044
Serviços	156.460	123.910
Subsea:	209.071	46.419
Embarcações	157.987	42.942
Serviços	51.084	3.477
Logística e Engenharia:	99.501	141.842

<u>Receita líquida consolidada</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Embarcações	54.034	68.601
Serviços	45.467	73.241
Receita líquida total	<u>642.582</u>	<u>443.215</u>

A Companhia e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Noruega, Uruguai, México, Holanda, Ilhas Cayman e Reino Unido. Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Brasil	635.584	432.601
Outros países	6.998	10.614
Receita líquida consolidada	<u>642.582</u>	<u>443.215</u>
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/19</u>
Brasil	604.144	372.039
Outros países	186.668	131.791
Ativos não circulantes consolidado	<u>790.812</u>	<u>503.830</u>

29. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	135.232	88.471	234.333	179.878
Aluguéis e afretamentos	35.846	12.065	40.768	16.828
Depreciação e amortização	34.276	33.957	77.686	59.472
Viagens, transportes e refeições	13.834	10.236	20.228	14.411
Serviços de terceiros	72.767	37.953	108.170	65.772
Insumos e manutenção	46.200	34.260	83.894	46.410
Tributos e despesas legais	2.287	1.277	3.387	2.218
Outros custos e despesas	11.583	7.962	26.779	28.463
Total	<u>352.025</u>	<u>226.181</u>	<u>595.245</u>	<u>413.452</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	302.968	198.973	517.428	363.399
Despesas gerais e administrativas	49.057	27.208	77.817	50.053
	<u>352.025</u>	<u>226.181</u>	<u>595.245</u>	<u>413.452</u>

(*) Custos de depreciação inclui créditos de PIS e COFINS no valor de R\$1.176 na controladora e R\$2.386 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.414 na controladora e R\$3.469 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Multas contratuais - clientes	(1.820)	(333)	(4.182)	(839)
Reversão de provisão de multa	2.708	-	2.793	-
Indenizações - Seguros (nota explicativa nº 12)	4.729	842	8.315	868
Ganho na venda de imobilizado (*)	-	-	11.883	3.442
Ganho na remensuração de investimento detido antes da combinação de negócios (nota explicativa nº 14)	-	2.142	-	2.142
Outras receitas e despesas operacionais	(305)	(25)	936	609
Totais	5.312	2.626	19.745	6.222

(*) Ganho reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 decorrente principalmente de venda de um item relevante de imobilizado referente à barreira de proteção contra vazamento de óleo. O caixa recebido por esta venda foi de R\$21.675 e o valor residual contábil na data da venda era de R\$11.231.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	969	326	1.561	954
Variações cambiais	-	1.274	-	-
Juros	365	466	1.789	859
Outras receitas	4	50	632	60
	<u>1.338</u>	<u>2.116</u>	<u>3.982</u>	<u>1.873</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e encargos bancários	(16.646)	(7.174)	(26.861)	(15.607)
Variações cambiais	(320)	-	(62.496)	(9.374)
Juros e encargos - arrendamentos	(4.033)	(3.633)	(7.232)	(3.928)
Multas e outras despesas	(7.377)	(498)	(10.737)	(900)
	<u>(28.376)</u>	<u>(11.305)</u>	<u>(107.326)</u>	<u>(29.809)</u>
Resultado líquido financeiro	<u>(27.038)</u>	<u>(9.189)</u>	<u>(103.344)</u>	<u>(27.936)</u>

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores contabilizados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão discriminados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(13.429)	12.785	(32.280)	12.734
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	4.566	(4.347)	10.975	(4.330)
Equivalência patrimonial	(13.274)	477	1.354	(405)
Prejuízo fiscal não reconhecido – Investidas no exterior	-	(2.172)	(2.021)	-
Juros sobre capital próprio	-	2.913		2.913
Gratificação e bônus aos administradores	(373)	(318)	(373)	(454)
Outros saldos	(300)	278	(465)	(842)
IRPJ e CSLL	<u>(9.381)</u>	<u>(3.169)</u>	<u>9.470</u>	<u>(3.118)</u>
IRPJ e CSLL corrente	(18.621)	(5.150)	(23.210)	(9.380)
IRPJ e CSLL diferido	9.240	1.981	32.680	6.262

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2020, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia e suas controladas possuem são as seguintes:

Natureza do seguro / item segurado	Seguradora	Vigência (*)	Valor segurado
Embarcações (Cascos)	Fairfax Brasil	Dez/2021	561.039
Embarcações (Clube P&I (**))	West of England	Nov/2021	Até US\$8.000 mil
Responsabilidade civil	AIG	Jun/2021	Até R\$10.000
D&O Administradores	Austral	Abr/2021	Até R\$75.000

(*) As apólices de seguro contratadas pelo Grupo são renovadas anualmente.

(**) Cobertura de sinistro com valor máximo indenizável de US\$8 bilhões para a frota, limitado a US\$1 bilhão para danos ambientais envolvendo poluição.

34. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações apresentadas a seguir não envolveram caixa nos exercícios apresentados:

- Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14.1, a Companhia adquiriu, em 20 de agosto de 2020, o controle da empresa SLP e o valor pago por essa aquisição foi o empréstimo a terceiros que a Companhia detinha com esta parte.
- Em julho de 2019, a Companhia realizou o descarte de bens do imobilizado, no valor de R\$224 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram transações desta natureza).

- Em outubro de 2019, foi estornada a operação de venda Embarcação Marimar, ocorrida em 2018, com valor residual contábil de R\$732 (custo corrigido de R\$1.979 e R\$1.247 de depreciação) (vide nota explicativa nº 16).
- Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o valor a pagar de R\$1.802 na controladora e R\$7.484 no consolidado, referente à aquisição de imobilizado com pagamento previsto para ocorrer em 2021
- Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o valor a pagar de R\$366, referente aquisição de imobilizado com pagamento em 2020.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi pago a fornecedores o valor de R\$1.927, decorrente de aquisição de ativo imobilizado ocorrida até 31 de dezembro de 2018.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Contrato celebrado com Grupo UP Offshore

Em 19 de janeiro de 2021, a OceanPact celebrou com a Mexmar Offshore International LLC, a UP Offshore (Bahamas) Ltd. e outras sociedades do Grupo UP um contrato de exclusividade para, pelo prazo de 30 dias prorrogáveis por mais 30 dias, realizar auditoria financeira, contábil e legal, negociar os termos finais e celebrar os documentos definitivos para a compra, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, (i) da totalidade das ações de emissão da UP Offshore (Uruguay) S.A., controladora da UP Offshore Apoio Marítimo Ltda., sociedade brasileira proprietária de 4 embarcações PSV e 1 barcaça; e (ii) de 2 embarcações PSV, 2 embarcações RSV e 1 OTSV, todas de bandeira estrangeira. As partes atribuíram um preço-alvo de US\$34.150 mil para tal aquisição.

Em continuidade às negociações iniciadas pelas partes, conforme fato relevante emitido em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia e as entidades do Grupo UP signatárias do referido contrato acordaram prorrogar o período para conclusão da auditoria financeira, contábil e legal até 15 de março de 2021 e o período de exclusividade para negociação e celebração dos documentos definitivos da operação até 9 de abril de 2021, tendo sido acordado, ainda o pagamento de um sinal ao Grupo UP no valor de US\$2.000 mil – a ser deduzido, no caso de conclusão da operação, do valor total a ser pago pela Companhia pelos ativos envolvidos.

Aquisição e arrendamentos de embarcações

Em 1º de março de 2021, a Companhia, por meio de sua investida Marau Navegação Ltda., adquiriu a embarcação de apoio marítimo de bandeira brasileira UP Água Marinha, anteriormente detida pela UP Offshore Apoio Marítimo Ltda. e arrendada à Companhia, pelo valor de R\$2.791. Essa aquisição tem o objetivo de aumentar a frota da Companhia e expansão de suas operações.

Conforme fato relevante datado de 17 de março de 2021, a Companhia por meio de sua investida OceanPact Netherlands, celebrou contratos de arrendamento com prazo de 26 meses e com compromisso de compra ao final do prazo de arrendamento, pelo valor de US\$9 milhões cada, de duas embarcações construídas em 2011, do tipo AHTS-TO, nomeadas Skandi Saigon e Skandi Pacific, com bandeiras da Noruega e Bahamas, respectivamente. Essa operação tem como finalidade, além de expansão das operações do Grupo, o atendimento a contratos firmados com a Petróleo Brasileiro S.A.

Conforme fato relevante datado de 23 de março de 2021, o Grupo, por meio de sua investida OceanPact Netherlands, adquiriu a embarcação John G McCall, do tipo OSRV 66, construída em 2007, pelo valor total de US\$3,4 milhões, anteriormente de propriedade da SEACOR Marine LLC. Essa operação tem como finalidade, além de expansão das operações do Grupo, o atendimento ao contrato firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. em março de 2020 com vigência de 4 anos.

Descumprimento de obrigações não pecuniárias das debêntures

A Companhia convocou assembleia geral dos debenturistas que foi realizada no dia 26 de março de 2021, em que os debenturistas aprovaram o “waiver” em função do não cumprimento de determinadas obrigações não pecuniárias no primeiro trimestre de 2021. O descumprimento foi decorrente do não atendimento ao prazo estipulado para o início do fluxo de recebíveis da prestação de serviços marítimos de contrato de afretamento da embarcação Havila Harmony (Parcel dos Meros) em conta vinculada e da cessão, pela Companhia, à sua investida Maraú Navegação Ltda., do referido contrato de afretamento. O não atendimento foi resultado da referida embarcação, objeto de contrato de afretamento, ter entrado em operação em 12 de março, motivo pelo qual os recebíveis correspondentes passarão à conta vinculada nos termos da escritura de emissão das Debêntures até o dia 26 de maio de 2021.

Abertura de capital

Em 12 de fevereiro de 2021 teve início a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo sido publicado o anúncio de encerramento da referida oferta em 24 de março de 2021. A oferta pública foi realizada no Brasil com esforços de colocação no exterior, e compreendeu 95.964.126 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia por meio de: (i) distribuição primária de 71.748.879 novas ações; e (ii) distribuição secundária de 24.215.247 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$11,15 (onze reais e quinze centavos) por ação, perfazendo o montante total R\$1.070 mil (considerando as ações adicionais e as suplementares). A oferta primária, decorrente de emissão de novas ações da Companhia perfizeram um montante de R\$800 mil bruto, que tem como destinação a aquisição e customização de novas embarcações e a compra de máquinas e equipamentos.

A seguir apresentamos a composição do capital social da Companhia após o encerramento da referida oferta pública:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação (%)</u>
Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade	55.333.416	27,67%
Dyna II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	27.896.906	13,95%
Acionistas minoritários	18.830.681	9,42%
Ações em tesouraria	1.934.425	0,97%
Ações em circulação	95.964.126	47,99%
Total	199.959.554	100,00%

**Declaração da Diretoria Financeira sobre as Demonstrações Financeiras da
Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Nos termos dos incisos VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do art. 34, d, do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Financeiro declara que revisou, discutiu a respeito e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021

Maxim Medvedovsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração da Diretoria Financeira sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos dos incisos V do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e do art. 34, d, do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Financeiro declara que revisou, discutiu a respeito e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021

Maxim Medvedovsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E *COMPLIANCE* DA OCEANPACT
SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.**

Os membros do Comitê de Auditoria e *Compliance* da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, conforme previsto na Cláusula 3.1., alínea “d”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*, realizaram o exame e análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e tiveram discussões com os auditores da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas em 29 de março de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, e considerando que não identificaram quaisquer elementos que indiquem que as demonstrações financeiras da Companhia não refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia opinaram, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

Ana Maria Siqueira Dantas

Coordenadora do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Marcus Vinícius Dias Severini

Membro do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Carlos Gustavo Perret Simas

Membro do Comitê de Auditoria e Compliance da OceanPact Serviços Marítimos S.A.